DIRETOR-PRESIDENTE: EDSON PAZ

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP - TERÇA-FEIRA - 16 DE ABRIL DE 2024 - ANO XX - Nº 6.134 - R$ 3,00

MORRE AOS 84 PADRE LODOVICO

O padre Lodovico Bonomi morreu aos 84 anos na tarde desse domingo 14, na Casa Comboni, em Rio Preto. Missionário Comboniano, ele foi presidente do Serviço Social São Judas Tadeu por cinco anos. **CIDADES** Pág.5

ESTÁ NA CÂMARA DE RIO PRETO

Projeto autoriza financiar R$ 650 mi para captação de água no Rio Grande

O prefeito de Rio Preto Edinho Araújo (MDB) encaminhou, na tarde desta segunda-feira (15), à Câmara de Rio Preto, o projeto de lei que autoriza o município de São José do Rio Preto a contratar operações de crédito, no valor de R$ 649.320.338,29, junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Saneamento para Todos. O objetivo é utilizar o recurso para viabilizar a construção do Sistema Produtor Rio Grande, que visa a captação de água no rio Grande. O projeto de lei segue, em regime de urgência, a para as deliberações legislativas da Câmara de Rio Preto e depois votação. **POLÍTICA** Pág.3

Projeto foi apresentado ontem no gabinete do prefeito Edinho antes de ser encaminhado à Câmara, que vai autorizar ou não o empréstimo para a obra

Rio Preto atinge 4.565 casos de dengue em três meses e meio

Rio Preto já acumula 4.565 casos confirmados de dengue em três meses e meio este ano. No primeiro quadrimestre de 2023, foram registrados 5.472 casos. Em 2023, o Boletim da Dengue da Secretaria de Saúde era mensal. Em 2024, ele passou a ser quinzenal. Os dados revelam diminuição dos casos em investigação, porém, os bairros mais afetados continuam a ser São Deocleciano, São Francisco, Estoril, Centro e Jaguaré. **CIDADES** Pág.5

TEATRO

A Bela e a Fera-On Ice se apresenta em Rio Preto

Espetáculo será nos dias 20 e 21 de abril. **COTIDIANO** Pág.6

SAIDINHAS

Lula prefere criminosos, diz Derrite sobre veto

CIDADES Pág.4

FUTEBOL FEMININO

Realidade Jovem fica no empate na estreia da A3

ESPORTES Pág.9

ASSISTÊNCIA

Fundo Social de São Paulo faz parcerias com cidades

POLÍTICA Pág.2

Secretário de Segurança Guilherme Derrite esteve ontem em Rio Preto na inauguração da nova sede do Baep junto com autoridades e pré-candidatos a prefeito. **POLÍTICA** Pág.2

POLÍCIA

Polícia prende quadrilha que aplicava golpes em empresas agrícolas

Preso bando por golpes em empresas agrícolas

Policiais civis identificaram e prenderam, nesta segunda-feira, 15, uma quadrilha que vinha aplicando golpes em empresas agrícolas da região. **CIDADES** Pág.5

Rua Fritz Jacobs, 1448, Boa Vista - CEP 15015-600 São José do Rio Preto | SP

fale com a redação 17 3353-2447

dhojeinterior

www.dhojeinterior.com.br

ELEIÇÕES 2024

Pré-candidatos a prefeito dividem palco na inauguração do Baep em Rio Preto

Sérgio SAMPAIO
redacao@dhoje.com.br

Três pré-candidatos a prefeito de Rio Preto dividiram o palco na manhã desta segunda-feira (15) na inauguração do 9º Baep (Batalhão de Ações Especiais de Polícia) que passa a funcionar oficialmente no bairro Romana Calil.

Valdomiro Lopes (PSB) e Itamar Borges (MDB), ambos atualmente são deputados estaduais e terceiros pré-candidato a prefeito é o Coronel Fábio Rogério Candido (PL), sendo que o Coronel é o atual Comandante do CPI-5 (Comando de Policiamento do Interior 5).

A pré-candidatura de Valdomiro Lopes continua negociando com alguns partidos para a disputa da Prefeitura de Rio Preto em outros, por sua vez Itamar Borges, até o começo do mês de abril confirmou 10 partidos apoiando a sua pré-candidatura, sendo eles: Republicanos, Podemos, União Brasil, Solidariedade, PRD, PP, PSDB/Cidadania, Avante e PRTB. Por sua vez a pré-candidatura do Coronel Fábio conta com o apoio do Novo.

Danielle MOLNAR
Inauguração da nova sede do Baep reuniu autoridades ontem

Prefeiturável

Rio Preto tem mais um pré-candidato a prefeito declarado, o ex-vereador Marco Rillo (PT) que faz o lançamento da sua pré-candidatura no próximo dia 25.

Outros nomes que poderão disputar o pleito majoritário este ano ainda estão sendo discutidos dentro de alguns partidos como por exemplo o PSD, PV e outros.

Neutro

O secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite, que esteve presente na inauguração do 9º Baep e declarou que como secretário de Estado está fazendo zero de articulação. No que diz respeito a um possível apoio ao pré-candidato a prefeito Coronel Fábio que é do mesmo partido que ele o PL, Derrite destacou que acha legítimo o Coronel Fábio ser candidato, mas lembra que Rio Preto tem dois deputados que também são candidatos (falando de Valdomiro e Itamar) e que como secretário de 645 municípios não vai participar de nenhuma campanha eleição. "De uma coisa eu tenho certeza, São José do Rio Preto está muito bem servida de candidatos, eu não conheço nenhuma outra cidade que tenha candidatos com tanto preparo como estão se apresentando em São José do Rio Preto", salientou Derrite.

CARLOS SERENO
LEIS & DIREITO

A casa é ou não asilo inviolável?

Grande dilema e eivado de tese contrárias sobre a entrada ou não de policiais em residências sem ordem judicial, o tema acima parece agora estar devidamente pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em decisão recente torna-se claro, através da 6ª Turma do STJ, que os agentes policiais, caso precisem entrar em uma residência para investigar a ocorrência de crime e não tenham mandado judicial, devem registrar a autorização do morador em vídeo e áudio, como forma de não haver qualquer constrangimento e nulidades processuais.

O ministro decidiu que: "O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação", declarou o ministro ao anular as provas e determinar a libertação dos acusados.

Deixando ainda mais claro., além da ordem judicial, a entrada na residência é permitida quando ocorre flagrante delito, desastre ou para prestar socorro: nesses casos, qualquer pessoa pode entrar ou permanecer em casa alheia, sem o consentimento do morador, desde que haja uma situação de urgência ou necessidade que justifique a conduta.

Sendo assim, sem as hipóteses acimas, em casos de investigação, somente poderão os agentes públicos adentrarem na casa com a devida autorização do morador e devidamente comprovada.

Existem algumas consequências jurídicas para a entrada indevida, que podem gerar aos agentes, crime na esfera penal com pena de detenção de um a três meses ou multa, podendo ainda ser aumentada em até um terço se o crime for cometido à noite; se houver emprego de violência ou de arma; ou se houver participação de duas ou mais pessoas.

No âmbito civil, poderá também acarretar a obrigação de indenização ao morador que foi vítima da violação de sua privacidade, expondo desnecessariamente sua intimidade, e poderá abranger danos morais e matérias, com indenizações em dinheiro.

***Carlos Sereno Vissechi, Advogado mestre em políticas públicas especialista e direito processual civil e processo penal. Especialista em direito penal. Atuação em vários plenários de Júri. Professor de Direito há 25 anos**

HOMENAGEM

Secretário de Segurança Pública recebe Medalha 19 de julho e Diploma de Gratidão

Sérgio SAMPAIO
redacao@dhoje.com.br

A Câmara Municipal de Rio Preto entregou nesta segunda-feira (15) durante a inauguração do 9ª Baep (Batalhão de Ações Especiais da Polícia Militar) a Medalha 19 de Julho e o Diploma de Gratidão do Município ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite.

As honrarias se deram por meio de um projeto de decreto de autoria do vereador Anderson Branco (Novo) que fez a entrega ao secretário de Segurança Pública.

O secretário que é deputado federal licenciado agradeceu a todos os vereadores que aprovaram a homenagem e relembra que desde que assumiu como deputado estreitou vínculos com as forças policiais em Rio Preto, bem como também a Santa Casa e o Hospital de Base, afirmando que conseguiu verbas para as duas instituições de saúde que atendem a população de cidade e da região.

O vereador destacou que a atuação de Derrite à frente da Secretaria de Segurança e destacou que "melhor secretário de Segurança de São Paulo de todos os tempos".

Além de Branco, na atividade outros vereadores estiveram presentes dentre eles: o presidente do Câmara, Paulo Pauléra (Progressistas), Bruno Marinho (PRD), Odélio Chaves (Podemos), Celso Luiz Peixão (MDB), Coronel Jean Charles (MDB) e Júlio Donizete (PSD).

Divulgação SMCS
Edinho, Derrite, Paulo Pauléra e Branco durante a homenagem

ASSISTÊNCIA

Fundo Social de São Paulo firma parcerias com prefeituras para educação profissional

Da REDAÇÃO

A primeira-dama e presidente do Fundo Social de Solidariedade de Rio Preto, Maria Elza Araújo, participou na quinta-feira (11), no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, do evento de assinatura de convênios com 69 municípios e 83 entidades sociais para oferecer mais de 9 mil vagas vinculadas à Escola de Qualificação Profissional do FUSSP.

A cerimônia contou com a presença da presidente do Fundo Social e primeira-dama do Estado, Cristiane Freitas, do presidente do Conselho do Fundo Social, Filipe Sabará, da coordenadora de projetos do Centro Paula Souza, Danielle Benevides de Figueiredo, bem como representantes de organizações sociais, de diversos prefeitos cujas cidades foram contempladas nos convênios e demais autoridades municipais.

De acordo com o Fundo Social do estado de São Paulo, o objetivo do Programa Escolas de Qualificação Profissional é promover a capacitação de agentes multiplicadores em áreas consideradas estratégicas e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A grade curricular dos cursos abrange diversas áreas profissionais como gastronomia, moda, beleza, administração e construção civil.

"Recentemente, o Fundo Social de Rio Preto inaugurou a escola de Panificação Dalila Medeiros Grisi, oferecendo cursos gratuitos de panificação para quem pretende se profissionalizar e obter renda extra. Esse convênio vem para aumentar ainda mais as oportunidades para quem está desempregado", disse a primeira-dama de Rio Preto, Maria Elza Araújo.

A primeira-dama Cristiane Freitas manifestou a sua alegria com o ato simbólico de celebração de tantos convênios e lembrou do quanto este programa é importante para ampliar a capacitação profissional no Estado de São Paulo. "Quando unimos forças por esse objetivo comum construímos uma rede eficaz para promover a capacitação de agentes multiplicadores em áreas estratégicas e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através desse trabalho podemos construir um futuro melhor para todos".

SAÚDE

Desacelera epidemia de Chikungunya em abril

Rubens CELSO

Dados revelam redução significativa em relação nos primeiros três meses do ano.

Em Rio Preto, a situação epidemiológica apresenta mudanças significativas. Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, o município enfrentou uma epidemia de chikungunya, com 767 casos. No entanto, nos primeiros 15 dias de abril de 2024, houve uma desaceleração nos números, indicando uma redução em comparação com os meses anteriores.

Em comparação com os meses de janeiro, fevereiro e março de 2023, os números de casos de chikungunya revelam um aumento expressivo. Em janeiro de 2023, foram registrados apenas 1 caso, enquanto em janeiro de 2024, os casos confirmados chegaram a 273. Em fevereiro de 2023: 1 caso. Fevereiro de 2024: 281 casos. Março de 2023: 2 casos. Março de 2024: 211 casos.

No Brasil, de acordo com os dados da Secretaria de Saúde, foram notificados 14.958 casos prováveis de chikungunya entre janeiro e abril de 2024, representando uma redução de 0,7% em comparação com o mesmo período de 2023. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte concentram as maiores incidências, com Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo apresentando os maiores coeficientes de incidência. Além disso, a Região Nordeste registrou o maior número de óbitos, totalizando três casos confirmados.

DHOJE
Fundado em 16 de fevereiro de 2004
A serviço da democracia
Diretor-Presidente: Edson Paz

Cidades da região e Distrito onde circulam o DHOJE: Região Metropolitana de Rio Preto

Editora DHOJE Rio Preto Ltda
Redação, Administração, Publicidade e Oficina
Rua Fritz Jacobs, 1448 - Cep 15025-500
São José do Rio Preto - São Paulo
Fone: (17) 33532447

Telefones:
Recepção: (17) 3353-2447
E-mails
Comercial: comercial@dhojeinterior.com.br
Circulação: circulacao@dhoje.com.br
Editais: diario.oficial@dhoje.com.br
Dhoje web
www.jornaldhoje.com.br

NO RIO GRANDE

Projeto autoriza empréstimo de R$ 650 milhões para captar água

O Semae já possui licenças importantes junto Agência Nacional de Transportes Terrestres e junto à Triunfo

Sérgio SAMPAIO
redacao@dhoje.com.br

Projeto busca autorização dos vereadores para empréstimo de R$ 650 milhões para captar água do Rio Grande

O prefeito de Rio Preto Edinho Araújo (MDB) encaminhou, na tarde desta segunda-feira (15), à Câmara de Rio Preto, o projeto de lei que autoriza o município de São José do Rio Preto a contratar operações de crédito, no valor de R$ 649.320.338,29, junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Saneamento para Todos e dá outras providências. O objetivo é utilizar o recurso para viabilizar a construção do Sistema Produtor Rio Grande, que visa a captação de água no rio Grande. O projeto de lei segue, em regime de urgência, a para as deliberações legislativas da Câmara Municipal.

Os recursos provenientes desta operação de crédito serão geridos pelo Semae (Serviço Municipal de Água e Esgoto). A autarquia também assumirá a responsabilidade de transferir mensalmente para a Prefeitura de Rio Preto os valores necessários para o pagamento do montante principal e dos encargos das parcelas desta operação de crédito.

Programa

O Programa Saneamento para Todos é mantido pelo Governo Federal, com a proposta de melhorar as condições de saúde e a qualidade de vida da população urbana e rural, promovendo ações de saneamento básico integradas com outras políticas setoriais. Os recursos são para a implementar ações estratégicas para captação e adução de recursos hídricos do corpo d'água do rio Grande para abastecimento do município de São José do Rio Preto.

Viável

A autarquia já verificou a viabilidade, jurídica e técnica para a execução dessa complexa obra, com base em estudos técnicos havidos há mais de quinze anos e constituído desde o Plano Diretor de Águas e confirmado pelo Plano Municipal de Saneamento. A partir das informações, o município apresentou sua proposta à seleção junto ao Ministério das Cidades, em novembro e 2023.

O prefeito destacou que o projeto do Sistema Produtor Rio Grande é fruto de muito planejamento. "Essa obra é muito complexa, uma vez que envolve muito atores, desde órgãos de fiscalização ambiental a companhia de fornecimento de energia elétrica. Ela vai garantir que Rio Preto continue no caminho do desenvolvimento sustentável, sendo possível sua realização por meio de uma gestão equilibrada e alinhada com técnicos capacitados."

Projeto

Para alimentar toda a estrutura que compõe o Sistema Produtor Rio Grande, foi projetada a construção de uma subestação elétrica de 138 mil volts a fim de atender uma demanda de até 15 mil quilowatt (kW). Foi atualizada a afetividade de atendimento, com alternativas para interligação do sistema elétrico.

Autorizações

O Semae já possui licenças importantes junto à ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres e junto à concessionária Triunfo, que administra a BR-153, no trecho de 54 quilômetros por onde irá passar a adutora. No momento, está em análise a licença ambiental. Em outubro de 2023, técnicos da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo fizeram uma visita técnica a fim de aprovar o licenciamento, analisando fragmentos florestais, ao longo da BR-153. Está agendada para o dia 23 de abril uma nova visita técnica da CETESB.

O superintendente do Semae, Nicanor Batista Jr., explicou que o projeto promove a sustentabilidade. "A água extraída do Rio Grande não compromete o equilíbrio hídrico. Uma vez utilizada e devidamente tratada, essa água é devolvida à mesma bacia, criando assim um ciclo fechado e sustentável. Assim, a água proveniente do Aquífero Guarani será empregada como uma reserva estratégica, considerando que seu processo de recarga leva milhões de anos."

Sistema Produtor Rio Grande

Sistema Produtor Rio Grande prevê a captação de água bruta no rio Grande a jusante da Usina de Hidroelétrica de Marimbondo, por meio de uma adutora de 1,5 metros de diâmetro e 54,6 quilômetros de extensão. A vazão será de até 3m3 por segundo, suficiente para abastecer uma população de mais de um milhão de habitantes. A água bruta será conduzida a até a ETA Norte – que será construída próxima à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Rio Preto.

Etapas

Na primeira etapa, a captação prevista é da ordem de 750 l/s. A água virá até a ETA Norte, que será construída próxima à ETE. De lá, ela será transportada por uma adutora de 10 quilômetros até a ETA Palácio das Águas, que passou recentemente por uma reforma estrutural, ampliando a sua capacidade de tratamento de água de 450 l/s para 750 l/s, já preparada para receber a água do rio Grande.

ETA Norte

A ETA Norte é uma estação de tratamento de água tipo convencional em ciclo completo e a macrodistribuição de água tratada será a partir do reservatório pulmão. Essa distribuição será feita por subadutoras, num total de 100 quilômetros de extensão distribuídos pelo município de Rio Preto.

Edinho e o prefeito da Câmara, Paulo Pauléra

SESSÃO HOJE

Vereadores votam criação de 11 cargos para a Educação

Sérgio SAMPAIO
redacao@dhoje.com.br

Vereadores votam criação de 11 cargos para a Educação

Os vereadores de Rio Preto votam na sessão desta terça-feira (16) a legalidade de projeto de lei de autoria do Executivo que cria 11 cargos na estrutura administrativa do município todos para a área de Educação, são três cargos de Coordenador Pedagógico e oito Professor PEB I (Educação Básica I).

RioPretoPrev

A previdência dos servidores municipais de Rio Preto volta a ser tema de discussão no plenário da Câmara nesta terça com a retomada da votação do projeto de lei complementar 10/24 de autoria do prefeito Edinho Araújo (MDB) que altera o artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 396, de 22 de novembro de 2013, e institui alíquotas suplementares de contribuição previdenciária a serem recolhidas pelo município, autarquias e fundações públicas e pela Câmara Municipal para abater o déficit atuarial teve sua legalidade aprovada no dia 02 de abril. A proposta reduz dos atuais 27,71% de contribuição que seria feita em 2024 para 15%. O outro projeto de lei complementar é o 08/24 que também terá seu mérito votado autoriza a RiopretoPrev alienar imóveis com o objetivo de que a autarquia possa diversificar seus investimentos e aumentar o ativo financeiro disponível.

Repasse

Um quarto projeto agora de lei de autoria do Executivo vai ser votado pelo mérito, a proposta concede subvenção social à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus no valor de R$ 170 mil, para o projeto "Bom Prato".

Filiação

Os parlamentares votam a legalidade do projeto de resolução, de autoria da Mesa Diretora, autoriza a Câmara Municipal de São José do Rio Preto a filiar-se à União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp).

Mérito

Outros dois projetos estão na pauta de votação são de autoria de vereadores, sendo que ambos terão seu mérito votado, sendo o primeiro de autoria do vereador Júlio Donizete (PSD), dispõe sobre o ordenamento territorial e horário de funcionamento de entidades de tiro desportivo no município, determinando que os estabelecimentos não deverão ter restrições de local de instalação nem de horário de funcionamento e outro de autoria do vereador Francisco Junior (União Brasil), que instituindo o Dia do Motorista de Aplicativo no Calendário de Festas e Comemorações a ser comemorado dia 25 de julho.

DIA 25

Marco Rillo será oficializado pré-candidato a prefeito do PT

Sérgio SAMPAIO
redacao@dhoje.com.br

Marco Rillo será oficializado pré-candidato a prefeito pelo PT

O PT de Rio Preto realiza o lançamento oficial da pré-candidatura a prefeito do ex-vereador Marco Rillo, no dia 25 de abril, no Centro Cultural Vasco.

Na oportunidade será lançada a frente "Amor por Rio Preto" que tem como objetivo a união de forças em prol de uma cidade mais acolhedora e justa.

Segundo Celi Regina da Cruz, presidente do PT Rio Preto, vai estar presente do lançamento o presidente estadual do partido, Kiko Celeguim.

Essa frente está sendo construída e negociada com o apoio de duas federações, uma sendo a Federação PT/PV/PCdoB e a outra a Federação Psol/Rede.

Apoio

A presidente diretório do Psol Rio Preto, Luciana Fontes, afirmou que a Federação Psol/Rede já tomou sua decisão de apoiar a frente. "A nossa federação PSOL-REDE já compõe essa frente em defesa da cidade, que lança a pré-candidatura do Marco", salientou Luciana.

Conversas

No caso do PCdoB de Rio Preto uma reunião deve acontecer na próxima semana para definir o futuro do partido no processo eleitoral, salientou Carlos Alexandre, presidente do diretório municipal do partido.

"Não existem dúvidas, que nós vamos sempre primar pela unidade. Dos partidos de esquerda da Federação, esse é o nosso foco principal. Em que pese nós respeitamos e achamos legítimo as candidatura de PT e PV, nós vamos trabalhar pela unidade sempre" salientou Alexandre.

O presidente do PV, Marcelo Henrique, destacou que está dialogando com os presidentes do PT e do PCdoB para buscar consenso sobre a candidatura majoritária da Federação

O presidente do PV de Rio Preto, Marcelo Henrique, destacou que está dialogando com os presidentes do PT e do PCdoB para buscar consenso sobre a candidatura majoritária da Federação no município.

"É legítimo que qualquer partido da Federação tenha pré-candidato, mas não é razoável que um imponha um candidato ou frente partidária aos demais partidos". Ele destacou que o PV ainda não tem pré-candidato, mas poderá ter como o PC do B poderá ter também.

Calopsita morre
Um incêndio ocorrido, em um apartamento no Jardim Panorama, matou a calopsita e deixou a sala destruída.

Arquivo Dhoje

Lava jato perseguida
CNJ determina afastamento de Gabriela Hardt, ex-juíza da Lava jato. Ela trabalha em vara recursal no PR

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

Em Rio Preto, Derrite critica veto de Lula à lei da Saidinha

Danielle MOLNAR
redacao@dhoje.com.br

Divulgação SMCS
"O Governo Federal optou por ficar do lado dos criminosos", disse Derrite, na entrega da sede do Baep

O secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite, marcou presença na inauguração da nova sede do 9º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) em Rio Preto, nesta segunda-feira, 15.

Em seu discurso, Derrite fez críticas contundentes ao veto do presidente Lula a um trecho da lei que proíbe as saídas temporárias de presos no país, afirmando que tal medida posiciona o governo federal "ao lado dos criminosos".

"É inaceitável que o projeto tenha sido vetado, uma vez que a medida do governo inviabiliza completamente a proposta. O veto parcial atinge justamente a parte que trata dos saidões, quando presos liberados cometem crimes graves, como homicídios, estupros e tentativas de fuga. É um absurdo que o governo esteja do lado dos criminosos em detrimento da segurança e bem-estar da população", afirmou Derrite.

O secretário manifestou sua confiança no Congresso Nacional e afirmou estar empenhado em articular nos bastidores para garantir a derrubada desse veto.

Ele também destacou o apoio do governador Tarcísio de Freitas, que está em Brasília nesta segunda-feira, nessa causa e acredita que o projeto será aprovado em benefício da população brasileira.

Derrite também destacou a possibilidade de ir até a Capital Federal ainda essa semana, apresentando dados estatísticos que respaldam a urgência e necessidade desse projeto, onde parte dos presidiários aproveitam o benefício da 'saída temporária' para cometer crimes e muitos não voltam para as Unidades Prisionais.

Derrubar o veto

Ele declarou seu compromisso em trabalhar pela derrubada desse veto, mencionando que irá se comunicar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o senador Ciro Nogueira e o secretário estadual de Governo, Gilberto Kassab, para articular essa ação. O secretário também enfatizou a insatisfação de grande parte da população com medidas que beneficiam os criminosos em detrimento da segurança da sociedade, citando casos emblemáticos de crimes cometidos por presos liberados durante saídas temporárias, citando policiais em diversos estados que tiveram suas vidas ceifadas durante a 'saidinha de final de ano'.

Ele ressaltou que essa insatisfação transcende as divisões partidárias e reflete uma preocupação comum entre os eleitores, independentemente de suas preferências políticas.

"A população está unida em repúdio a essas medidas que só trazem prejuízos e aumentam a sensação de impunidade. Por isso, confio no Congresso Nacional para que a vontade dos cidadãos seja atendida e esse veto seja derrubado", concluiu o secretário.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Entregador tenta matar ex-mulher e foge com a filha de 3 anos

Da REPORTAGEM

A polícia de Rio Preto está à procura de um entregador de gás, de 36 anos, que agrediu e tentou enforcar a ex-mulher, uma operadora de caixa, de 32 anos. Ele fugiu levando a filha, de três anos. Os crimes aconteceram na tarde deste domingo, 14, em um apartamento no Parque São Miguel, na Região Leste da cidade.

Conforme a vítima, teve um relacionamento de três anos anos com o acusado, de quem se separou há um ano e quatro meses. Como ele estava em situação de rua, ficou com pena e o acolheu no último dia 1.

Segundo a denunciante, conseguiu um emprego para o ex-companheiro que, inconformado com o fim da relação, lhe desferiu socos e tapas. Em seguida, tentou enforcá-la e apontou uma faca, ameaçando-a.

O agressor teria dito "vou te matar, sua vida será um inferno a partir de hoje". Na sequência, pegou a filha e foi embora.

> **O agressor teria dito "vou te matar, sua vida será um inferno a partir de hoje". Na sequência, pegou a filha e foi embora.**

Ainda de acordo com a vítima, que tem a guarda da menina, o ex mandou posteriormente mensagens pelo WhatsApp dizendo que se não o aceitasse de volta nunca mais veria a filha.

No Plantão, o caso foi registrado como lesão corporal e ameaça. O paradeiro da criança permanecia ignorado até o fechamento desta matéria.

17 ANOS

Jovem denuncia cunhado por estupro

A Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Rio Preto vai investigar uma denúncia de estupro registrada por uma adolescente, de 17 anos, contra o cunhado, um servente, de 31 anos. O caso foi parar no Plantão Policial na manhã deste domingo, 14, mas o fato teria ocorrido na tarde do sábado.

Segundo a menor, que estava acompanhada na delegacia pela mãe, foi para a casa da irmã olhar os sobrinhos, pois a familiar estava no hospital com o pai e o acusado trabalhando.

O agressor chegou perto da hora do almoço e resolveu que não voltaria mais ao serviço. Em certo momento, trancou as crianças num quarto e começou a se insinuar sexualmente para a vítima que o recusou.

Mesmo assim ele foi em sua direção e lhe segurou, beijando-a à força e passando a mão no seu corpo, por debaixo da roupa.

Conforme a adolescente, o cunhado abriu a calça, tirou o pênis e tentou penetrá-la pela lateral do shorts. Como não conseguiu, tentou tirar a peça, sendo impedido pela vítima, que o empurrou várias vezes.

Diante da resistência da menor, o suspeito teria desistido e passou a pedir desculpas. A estudante disse para levá-la embora, mas exigiu que os sobrinhos fossem junto no carro, pois temia ser atacada novamente.

Ao chegar em sua residência, ela começou a chorar, contou a violência sofrida primeiro para uma amiga e depois ligou para a mãe.

O agressor, de acordo com o boletim de ocorrência, enviou mensagem por WhatsApp pedindo que o desculpasse e depois apagou o texto, mas a vítima já tinha printado.

A estudante contou também que quando tinha 12 anos o autuado se declarou dizendo que "estava apaixonado, louco por ela" e na época ficou muito assustada, retrucando que isso era errado e que, além de ser casado, tinha filhos. O cunhado teria solicitado segredo na época e a menor concordou, pois achou que ninguém iria acreditar nela. **(Da REPORTAGEM)**

JOVENS

Um é assassinado e outro fica baleado

Um jovem, de 18 anos, foi assassinado a tiros e um adolescente, de 17 anos, baleado por volta das 20 horas deste domingo, 14, no bairro João Paulo II, em Rio Preto.

As vítimas foram socorridas por populares para a UPA Jaguaré, onde ocorreu o óbito do rapaz mais velho. O menor foi transferido para a Santa Casa, onde ficou em observação.

Para os pms, o sobrevivente contou que ele e o amigo estavam na frente da casa da sua tia quando chegaram dois homens em uma motocicleta e passaram a efetuar disparos. Ele não revelou nenhum motivo para o atentado e nem quem seriam os autores. A Delegacia de Homicídios da Deic assumiu as investigações.

Venezuela

Um homem, de 45 anos, e seu filho, de 10 anos, ambos venezuelanos, foram agredidos com socos e tapas por uma prima, dona da casa onde moram desde outubro de 2023, na Estância Santa Catarina, em Rio Preto. As vítimas procuraram a Central de Flagrantes, no final da tarde deste domingo, 14, para denunciar a violência, que ocorreu na manhã do mesmo dia.Segundo o denunciante adulto, a acusada é uma pessoa de difícil convivência e primeiro agrediu por pura maldade o menor.Ao chamar a atenção da familiar, o pai da criança também foi agredido. O delegado plantonista expediu guias de corpo de delito para as vítimas, que apresentavam hematomas. O caso foi registrado como lesão corporal e segue sendo investigado pelo 7º DP. A autora não foi localizada.

Amásio

Uma mulher, de 30 anos, que trabalha como faxineira, foi presa por tráfico de drogas neste domingo, 14, após tentar entrar no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Rio Preto com 15 porções de haxixe e alguns fragmentos escondidos na costura de uma manta que envolvia a própria filha, de sete meses. O flagrante aconteceu durante a revista das visitas, por volta das 8h30. Ao passar o scanner corporal, as agentes penitenciárias perceberam a presença da droga na coberta e acionaram a Polícia Militar. Para os pms, a jovem confessou que estava levando o entorpecente para o amásio, que está preso no CDP. A avó materna da bebê foi chamada na delegacia e a levou para casa. A indiciada vai aguardar audiência de custódia na carceragem rio-pretense.

TRECHO URBANO

Veja o cronograma de obras na SP 310 até o próximo sábado

A EcoNoroeste, concessionária que administra a rodovia Washington Luís (SP-310), divulgou o calendário semanal de obras, intervenções, manutenções e principais melhorias, visando preservar e assegurar a segurança dos usuários.

É essencial que os motoristas estejam sempre atentos à sinalização ao longo da via, reduzindo a velocidade ao se aproximar de áreas em obras e mantendo uma distância segura dos veículos à frente, do maquinário e dos trabalhadores. O cronograma está sujeito a mudanças e ajustes devido às condições climáticas e operacionais.

VEJA CRONOGRAMA

Segunda-feira, 15 de abril
- Catanduva – KMs 382 e 384(obra diurna, sentido interior)
- Catiguá – KM 400 (obra diurna, sentido capital)
- São José do Rio Preto – KMs 439 e 444 (obra noturna, sentido interior)

Terça-feira, 16 de abril
- Catanduva – KM 378 (obra diurna, sentido capital)
- Catiguá – KM 394 (obra diurna, sentido capital)
- Ibirá – KM 416 (obra diurna, sentido capital)
- São José do Rio Preto – KM 438 (obra noturna, sentido capital)
- Mirassol – KM 451 (obra noturna, sentido interior)

Quarta-feira, 17 de abril
- Pindorama – KM 373 (obra diurna, sentido capital)
- Uchoa – KMs 404 e 413 (obra diurna, sentido interior)
- São José do Rio Preto – KM 441 (obra noturna, sentido capital)
- São José do Rio Preto – KM 448 (obra noturna, sentido interior)

Quinta-feira, 18 de abril
- Santa Adélia – KM 366 (obra diurna, sentido capital)
- Pindorama – KM 373 (obra diurna, sentido capital)
- Uchoa – KM 410 (obra diurna, sentido capital)
- Ibirá – KM 417 (obra diurna, sentido interior)
- São José do Rio Preto – KMs 444 e 448 (obra noturna, sentido capital)

Sexta-feira, 19 de abril
- Santa Adélia – KM 363 (obra diurna, sentido capital)
- Pindorama – KM 367 (obra diurna, sentido interior)
- Uchoa – KM 404 (obra diurna, sentido capital)
- Ibirá – KM 417 (obra diurna, sentido interior)
- São José do Rio Preto – KM 442 (obra noturna, sentido interior)
- Mirassol – KM 447 (obra noturna, sentido capital)

Sábado, 20 de abril
- Santa Adélia – KM 349 (obra diurna, sentido capital)
- Pindorama – KM 362 (obra diurna, sentido capital)
- Cedral – KM 418 (obra diurna, sentido interior)
- São José do Rio Preto – KM 442 (obra noturna, sentido interior)

(Danielle MOLNAR)

RIO PRETO

Dengue chega a 4.565 casos em três meses e meio este ano

No estado de São Paulo, os casos de dengue atingiram 285 mortes e mais de 573 mil casos este ano

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

Rio Preto já acumula 4.565 casos confirmados de dengue em três meses e meio este ano. No primeiro quadrimestre de 2023, foram registrados 5.472 casos. Em 2023, o Boletim da Dengue da Secretaria de Saúde era mensal. Em 2024, ele passou a ser quinzenal.

No entanto, mesmo uma possível desaceleração, a situação permanece preocupante. No primeiro trimestre de 2024, Rio Preto acumulou 3.298 casos de dengue, em comparação com 3.506 casos no mesmo período de 2023. Embora essa redução seja positiva, a cidade enfrentou um total de 9.802 casos de dengue em todo o ano de 2023, com dois óbitos. Em abril deste ano, ainda há 4.289 pessoas aguardando para saber se estão com a doença, de acordo com os dados fornecidos.

Para a Secretaria de Saúde, embora haja uma queda nos casos, Rio Preto ainda está em estado de epidemia para a doença.

Em uma comparação mês a mês dos casos de dengue neste ano de 2024, observa-se uma variação nos números. Janeiro registrou um total de 2.024 casos, seguido por um aumento expressivo em fevereiro, atingindo 4.674 casos. No entanto, março apresentou uma queda acentuada, com 4.385 casos registrados. Já em abril, houve uma diminuição ainda mais significativa, totalizando 1.109 casos.

Os dados revelam uma diminuição dos casos em investigação em março de 2024, porém, os bairros mais afetados continuam a ser São Deocleciano, São Francisco, Estoril, Centro e Jaguaré. Ainda, em 14 das 28 regiões medidas, a dengue atinge dois dígitos, e em 14 regiões, são registrados mais de três dígitos de casos.

Prevenção

A Secretaria Municipal de Saúde tem intensificado as ações de combate à doença, incluindo mutirões de limpeza, aplicação de borrifação intradomiciliar e campanhas de conscientização. Embora não tenham sido registrados óbitos até o momento em 2024, a possibilidade de subnotificação e a presença de sintomas semelhantes à Chikungunya exigem vigilância constante.

No Estado

Enquanto isso, no estado de São Paulo, os casos de dengue atingiram 285 mortes e mais de 573 mil casos registrados até o momento. A capital paulista e Guarulhos lideram os casos de óbito, destacando a gravidade da situação em todo o estado.

Agência Brasil

Divulgação

Operação prende quadrilha que aplicava golpes em empresas agrícolas da região

Operação prende quadrilha que aplicava golpes em empresas agrícolas da região

Danielle MOLNAR
redacao@dhoje.com.br

Policiais da 1ª Delegacia de Investigações Gerais (DIG) da Divisão Especializada de Investigações Criminais (DEIC) de Rio Preto identificaram e prenderam, nesta segunda-feira, 15, uma quadrilha que vinha aplicando golpes em empresas da região de Rio Preto.

De acordo com informações da Polícia Civil, no dia 12 de abril a instituição foi alertada sobre um golpe envolvendo uma empresa local especializada em equipamentos agrícolas e insumos que no dia anterior havia vendido uma grade de arado no valor de R$35.700 para um terceiro, que efetuou o pagamento através de boleto bancário. No entanto, ao tentar entrar em contato com o comprador para concluir a transação de óleo para máquinas e outro implemento agrícola, a empresa descobriu que o endereço fornecido era inexistente, indicando que haviam caído em um golpe.

Diante da situação, a empresa comunicou a DIG e iniciou-se uma investigação em conjunto. Durante o processo, a equipe de investigação descobriu que o implemento agrícola fraudulento estava sendo anunciado na internet, com fotos que permitiam identificar o número de série, confirmando ser o mesmo objeto vendido ilegalmente.

Com o auxílio do representante da vítima, foi possível entrar em contato com o anunciante do implemento. Nesta segunda-feira os investigadores receberam informações de que os vendedores da grade haviam concordado em mostrar o objeto em um terreno em Rio Preto.

A equipe de investigação foi até o local indicado e, após uma observação de longe, avistaram uma caminhonete VW Amarok ocupada por três indivíduos. Acompanhando-os discretamente, os policiais chegaram a um terreno baldio em frente ao condomínio Borghese II, onde encontraram a grade de arado escondida entre um caminhão e um trailer, coberta por uma lona.

Os suspeitos foram abordados, detidos, e conduzidos para a DEIC. Já na delegacia, constatou-se que os indivíduos já eram conhecidos e estavam sendo investigados por crimes semelhantes, indicando uma associação organizada para cometer delitos de forma reiterada. Diante das evidências, o trio foi preso em flagrante por receptação dolosa e organização criminosa e permaneceu encarcerado à disposição da Justiça.

Cantora Nanda Ferraz perde a vida em acidente

Maria Paula ANDRADE

Um acidente grave na rodovia Luiz Carlos Brandolezzi, entre Potirendaba e Bady Bassitt, matou a cantora de música sertaneja Nanda Ferraz, nome artístico de Lígia Fernandes Gonçalves, de 34 anos, no último domingo, dia 14.

O acidente

O acidente aconteceu por volta das 16h30.

Ela dirigia um Volkswagen Polo e por motivos ainda desconhecidos, capotou na altura do km 2.

A vítima que estava sozinha no veículo chegou a ser arremessada para fora do automóvel mas não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo no local.

Shows

Nanda morava em Bady Bassitt e fazia shows em festas e eventos na região, seu perfil nas redes sociais somam mais de 11,3 mil seguidores. Amigos e familiares postaram mensagens de condolências para a cantora. Ela deixa dois filhos.

Velório

O velório ocorreu ontem, no Cemitério São João Batista, em São José do Rio Preto, e o sepultamento por volta das 17h.

Reprtodução/Instagram

Nanda Ferraz, cantora

LUTO

Padre Lodovico morre aos 84 anos em Rio Preto

O padre Lodovico Bonomi morreu aos 84 anos na tarde desse domingo 14, na Casa Comboni, em Rio Preto. Missionário Comboniano, ele foi presidente do Serviço Social São Judas Tadeu por cinco anos. Lodovico nasceu em 10 de outubro de 1939, na Itália, e foi ordenado padre em 26 de junho de 1965. Foi presidente do Serviço Social São Judas Tadeu de 06 de janeiro de 1997 a 6 de janeiro de 2002 e pároco na Paróquia São Judas Tadeu no mesmo período. Lodovico também foi vigário da paróquia Nossa Senhora das Graças e presidente do Centro.

Também esteve no Educacional Mojuca de Porto Velho (RO), em 1989; vigário e diretor do Colégio de Ecoporanga (ES) e administrador do Seminário Internacional "D. Daniel Comboni", em Venegono Superiori, na Itália.

A missa de corpo presente foi realizada na manhã desta segunda-feira, 15, no Santuário São Judas Tadeu. O Vigário Geral da Diocese de Rio Preto, padre Edvaldo Calazans, presidiu a Celebração em nome de Dom Antonio Emidio Vilar, que estava ausente por conta da Assembleia dos Bispos no município de Aparecida.

Padres da Diocese de São José do Rio Preto passaram pelo local durante todo o dia. A despedida contou com grande participação dos Missionários Combonianos também. O velório seguiu aberto ao público até 14h30. Nesse horário foram feitas as últimas orações e o corpo saiu para sepultamento as 15h.

O Superior da Casa Comboni de Rio Preto, Padre Jovercino Sirqueira, compartilha sobre a vida e legado do Padre Lodovico, destacando suas jornadas pelo mundo, incluindo passagens por Rondônia e pela Amazônia, mas afirmando que seu coração sempre esteve em Rio Preto. "Tudo o que ele tinha, nada era seu", ressalta, agradecendo à Comunidade por expressar sua gratidão a Deus pelo Padre Lodovico. Agora, todos se unem em orações para que Deus o acolha em sua paz eterna, especialmente considerando que sua família na Itália, incluindo uma irmã de 86 anos, não pôde estar presente.

"Jesus veio para nos revelar o rosto misericordioso do Pai e, após cumprir sua missão, retornou ao Pai. Da mesma forma, o Padre Lodovico agora volta ao Pai", afirma o Padre Jovercino. Ele relembra os anos de convivência e destaca o amor do Padre Lodovico pelos pobres como sua marca registrada. O Padre Luiz Caputo, reitor do Santuário São Judas Tadeu, também compartilha suas lembranças: "Convivemos com o Padre Lodovico durante muitos anos, e sua dedicação aos pobres sempre foi marcante. Seu legado será uma inspiração constante para todos nós." **(Livia OLIVEIRA)**

Divulgação

EM UMA SEMANA

Região de Rio Preto emite onze Identificações Veiculares TEA

Daniela MANZANI
redacao@dhoje.com.br

Para gerar cidadania e mais gentileza no trânsito às pessoas com autismo e seus cuidadores, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência criou a Identificação Veicular TEA. A mensagem diz "Seja gentil, não buzine", uma ação criada junto à Secretaria de Estado de Gestão e Governo Digital, Detran-SP e Prodesp.

Segundo o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa, trata-se de um adesivo para ajudar os demais motoristas a reconhecerem que há uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no veículo. "A ferramenta visa fomentar um comportamento mais generoso no trânsito, sem, por exemplo, apontar farol alto ou buzinar", disse.

Em uma semana, 2.264 Identificações Veiculares TEA foram emitidas no Estado de São Paulo. A iniciativa foi lançada durante a 1ª Jornada Estadual de Conscientização sobre o Autismo.

Em Rio Preto e cidades da região foram emitidas onze Identificações Veiculares TEA, sendo oito em Rio Preto, uma em Guapiaçu, uma em Jales e uma em Monte Aprazível.

Para o secretário, a Identificação Veicular é uma aliada em casos de emergência, pois permitirá ao responsável pelo socorro, saber com antecedência que no veículo poderá estar uma pessoa autista, estando mais atento para lidar com a situação de maneira adequada.

Mais inclusão e empatia

Para o profissional, o selo é importante porque, pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, costumam ter a hipersensibilidade acústica e sensorial. "Crises de ansiedade muito severas para a pessoa autista podem ser desencadeadas por barulhos muito altos, como o som da buzina. É por isso que a Identificação Veicular ressalta compreensão ao público atípico. "A partir do momento em que a pessoa autista tem um ambiente mais tranquilo, o cuidador, por consequência, também será beneficiado, uma vez que o risco de crises por parte de quem está sob seus cuidados é diminuído", enfatiza.

Arquivo PESSOAL

Rio Preto e região emitem onze Identificações Veiculares TEA

Recomendações

Marcos orienta que a identificação veicular seja impressa e colada no vidro traseiro do carro para facilitar a visualização.

Mais consciente

Ainda de acordo com o secretário, a carteirinha CipTEA possibilita uma melhor forma de acessar seus direitos. Por isso, o Governo de São Paulo expandiu esta ação agora para a Identificação Veicular, para que esta pessoa também seja identificada quando estiver em um carro e seja respeitada.

Para a advogada e mãe atípica de 43 anos, Karina de Oliveira Lopes, o adesivo com o QR CODE vinculado a CipTEA e a chancela do governo do estado vão facilitar o entendimento das pessoas. Ela, que é a mãe da Isabella de 10 anos, diz que já passou por situações difíceis no trânsito e que, políticas públicas como essa tem uma abordagem maior para a sociedade.

"Uma vez precisar diminuir a velocidade porque ela estava em crise e queria estacionar o carro. Outra situação foi um comando policial em que expliquei que não conseguiria ficar aguardando a vez da pesquisa se poderiam realizar a pesquisa do carro via atendimento prioritário e não entenderam até que ela entrou em crise autolesiva e nos dispensaram", compartilhou.

A emissão é realizada de forma digital por meio do portal ciptea.sp.gov.br, da SEDPcD.

O site também realiza a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA).

Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/MF nº 07.385.848/0001-25

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos milhares de reais)*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	6
Aplicações Financeiras	4	3.065	3.136
Bens destinados a venda	5		16
Direitos creditórios	6	145	589
Impostos a compensar	7	149	105
Dividendos a receber			9
Depósito judicial	8	306	636
Despesas antecipadas		5	
Demais contas a receber			15
Total do ativo circulante		**3.671**	**4.512**
Não circulante			
Participações em outras empresas	9	2.009	2.888
Total do ativo não circulante		**2.009**	**2.888**
Total do ativo		**5.680**	**7.400**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	15	24
Adiantamentos de clientes			15
Demais contas a pagar			24
Total do passivo circulante		**15**	**63**
Não circulante			
Provisões contingênciais	11	823	414
Total do passivo nao circulante		**823**	**414**
Patrimônio líquido			
Capital social	12	6.339	6.339
Reserva legal		770	770
Reserva estatutária		52	52
Prejuízos acumulados		(2.319)	(238)
Total do patrimônio líquido		**4.842**	**6.923**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.680**	**7.400**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**6.339**	**770**	**1.234**	**(1.182)**	**7.161**
Absorção de prejuízos			(1.218)	1.218	
Constituição de reservas			36	(36)	
Resultado do exercício				(238)	(238)
Em 31 de dezembro de 2022	**6.339**	**770**	**52**	**(238)**	**6.923**
Ajustes de exercícios anteriores				(1.101)	(1.101)
Resultado do exercício				(980)	(980)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.339**	**770**	**52**	**(2.319)**	**4.842**

Demonstrações do Resultado

	Nota	2023	2022
Despesas administrativas	13	(577)	(869)
Resultado financeiro	14	382	366
Resultado de equivalência patrimonial	9	(860)	83
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	15	75	182
Resultado operacional antes da tributação sobre lucro		(980)	(238)
Imposto de renda	16		
Contribuição Social	16		
Resultado líquido do exercício		(980)	(238)
Quantidade de ações		6.338.645	6.338.645
Resultado líquido por lote de mil ações – R$		(0,155)	(0,038)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(980)	(238)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total do exercício	(980)	(238)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(980)	(238)
Ajustes de exercícios anteriores	(1.101)	
Resultado de equivalência patrimonial – MEP	860	(83)
	(1.221)	(321)
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Financeiras	71	(151)
Bens destinados a venda	16	580
Dividendos a receber	9	
Direitos Creditórios	444	562
Impostos a compensar	(44)	(46)
Depósitos judiciais	330	108
Despesas antecipadas	(5)	
Demais contas a receber	15	6
	836	1.059
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Impostos e contribuições a recolher	(9)	12
Valores a repassar		(283)
Adiantamentos de clientes	(15)	(107)
Provisões contingenciais	409	(379)
Demais contas a pagar	(24)	9
	361	(748)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(24)**	**(10)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	19	11
Caixa líquido das atividades de investimentos	**19**	**11**
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período	**6**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**1**	**6**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(5)**	**1**

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional – A Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratados por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis –** As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de crédito, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis –** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativos do Banco Central do Brasil aplicáveis à Companhia. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as receitas com operações de créditos adquiridas são reconhecidas somente após recebimento integral do valor pago pelo crédito. **b) Caixa e equivalentes:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem, quando aplicável, caixa e conta-correntes em bancos. **c) Aplicações financeiras:** Registrada ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e, quando aplicável, deduzido de provisão para desvalorização a valor de mercado**. d) Títulos e valores mobiliários:** Foram estabelecidos critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinados títulos e valores mobiliários. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos do Banco Rodobens S.A. são classificados como negociação e avaliados na data do balanço pelo seu valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercados e títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, na demonstração do resultado. **e) Direitos creditórios:** Os direitos creditórios estão apresentados por seus valores efetivamente pagos. Eventuais variações são contabilizadas como receita no momento em que os créditos são efetivamente recebidos. **f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão é constituída com base no julgamento da administração, levando em consideração a análise dos devedores, o atraso no pagamento, o histórico de perdas e a recuperação de créditos. **g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão e os créditos tributários de imposto de renda foram calculados à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável e a contribuição social de 9%. **h) Demais ativos e passivos:** Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço. **i) Segregação do circulante e longo prazo:** Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante e aqueles com prazos superiores, no longo prazo. **j) Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado. **l) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa quando aplicável. Já os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação em nota explicativa. As obrigações legais são sempre consideradas como exigíveis, independentemente de questionamentos. **4. Aplicações Financeiras –** Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com vencimento até dezembro de 2027, avaliadas pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e, quando aplicável, deduzido de provisão para desvalorização a valor de mercado. **5. Bens Destinados a Venda –** Saldo composto pelo valor de bens destinados a venda, originários da recuperação de créditos adquiridos de instituições financeiras.

6. Direitos Creditórios	2023	2022
Direitos créditorios	145	1.089
(-) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa		(500)
	145	589

Composição da carteira: Referem-se a operações celebradas com instituições financeiras no país, através de contratos de aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos e financiamentos. **Provisão para créditos de liquidações duvidosas:** A recuperação de créditos baixados para prejuízo é reconhecida como "Receita com operação de crédito" somente quando os recursos são efetivamente recebidos.

7. Impostos a Compensar	2023	2022
IRPJ	118	61
CSLL	5	1
IRRF	23	40
CSRF	2	2
COFINS	1	1
	149	105

8. Depósito Judicial – Valores depósitos em face de ações movidas por terceiros em desfavor da Companhia, no âmbito de suas atividades operacionais. **9. Investimentos –** Avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ao custo, e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

	Participação 2023	Participação 2022	Investimento da controladora 2023	Investimento da controladora 2022	Resultado da participação e da equivalência patrimonial 2023	Resultado da participação e da equivalência patrimonial 2022
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	0,4512%	0,4512%	2.009	2.888	(860)	83
Total dos investimentos			2.009	2.888	(860)	83

10. Impostos e Contribuições a Recolher	2023	2022
INSS	1	2
FGTS	1	1
IRRF	1	1
CSRF	4	3
PIS	1	3
COFINS	7	14
	15	24

11. Provisões Contingenciais – A Companhia é parte envolvida em ações judiciais cíveis. Com base na opinião dos consultores jurídicos, parte destas ações em curso apresentam status de provável perda em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 823 (2022 – R$ 414). Os processos julgados como de possível perda pelos consultores jurídicos totalizam R$ 308 (2022 – R$ 1.864). **12. Patrimônio Líquido –** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 6.339, dividido em 6.338.645 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13. Despesas Administrativas	2023	2022
Serviços de terceiros	385	373
Despesas tributárias	32	103
Despesas judiciais e cartorárias	93	745
Provisões (reversões de provisões) contingenciais	409	(379)
Provisão (reversão) créditos de liquidação duvidosa	(500)	21
Acordo extrajudicial (1)	155	
Outras despesas administrativas	3	6
	577	**869**

(1) Valor pago por conta de acordo extrajudicial firmado com Itaú Unibanco Holding S.A. por conta de valores recolhidos por esta a favor da Receita Federal quando controladora da Companhia. O valor foi atualizado pela taxa Selic e é objeto de pedido de ressarcimento formulado pela Companhia junto a Receita Federal.

14. Resultado Financeiro	2023	2022
Receita Financeira		
Receita de aplicação financeira	369	361
Juros recebidos	2	
Variação monetária ativa	12	6
Receita Financeira	383	367
Despesa Financeira		
Juros pagos	(1)	(1)
Despesa Financeira	(1)	(1)
Resultado financeiro	382	366

15. Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquidas	2023	2022
Resultado de alienação de bens destinados a venda	(3)	
Lucros com créditos adquiridos	78	182
	75	182

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023 Imposto de renda	2023 Contribuição social	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(980)	(980)	(238)	(238)
(+) Adições	1.126	1.126	330	330
(-) Exclusões	(914)	(914)	(786)	(786)
Base de apuração	(768)	(768)	(694)	(694)
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
Tributos sobre adições/exclusões permanentes				
Tributos no resultado do exercício				

17. Instrumentos Financeiros – A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. **18. Seguros –** A Companhia não adota a política de contratar seguros de quaisquer modalidades. **19. Benefícios a Empregados e Diretores –** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego ou ainda política de participação nos lucros e resultados. **20. Eventos Subsequentes –** A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Antonio José Orlandi
Diretor Superintendente
Thiago Tagliaferro Lopes – Diretor
Wilian Takahashi Baldan
Técnico CRC-SP-1SP 242.715/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores da
Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – São José do Rio Preto-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria afim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 25 de março de 2024.
Approach AuditoresIndependentes S/S
CRC 2SP 023.119/O-0.
Leandro Antonio Marini Pires – Sócio
Contador – CRC 1SP 185.232/O-3

NO TEATRO

A Bela e a Fera - On Ice se apresenta em Rio Preto

Maria Paula ANDRADE

O musical "A Bela e a Fera – On Ice" foi adaptado para uma versão no gelo e será apresentado em Rio Preto, nos dias 20 e 21 de abril, às 19h e 16h respectivamente, no Teatro Paulo Moura. O espetáculo é uma superprodução musical baseada no clássico escrito por Madame de Beaumont.

A apresentação terá 15 atores, cantores e patinadores, além de diversos efeitos especiais como cenário 3D e neve artificial. A encenação é totalmente ao vivo sob uma pista ecológica de gelo.

Assim como na história tradicional, traz a história de Bela, uma jovem considerada estranha pelos moradores de uma aldeia onde mora. Após ter o pai capturado por uma fera, ela convoca Gaspar, um caçador que possui interesse em casar com a jovem. No entanto, ela se depara com objetos mágicos e descobre que a Fera é na verdade um príncipe e precisa do amor para voltar à forma humana.

Os ingressos já estão sendo comercializados no site Guichê Web em dois horários: sábado (20) às 19h e domingo (21) às 16h. Os valores variam entre R$ 60 e R$ 90.

Zé Neto & Cristiano prestigiam inauguração

Divulgação SMCS

Danielle MOLNAR
redacao@dhoje.com.br

Os sertanejos Zé Neto & Cristiano prestigiaram a inauguração do 9º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) na manhã desta segunda-feira, 15.

A dupla foi uma das presenças no palanque, ao lado de diversas autoridades políticas. Cristiano chegou no início da solenidade, acompanhado da esposa Paula Vaccari, da sogra e de seu filho do meio, Cristianinho, e permaneceu até o final da cerimônia.

Já Zé Neto compareceu ao evento sozinho e foi embora antes do parceiro de palco.

CineMaterna hoje exibirá o filme "Kung Fu Panda"

A Cinépolis, do Plaza Shopping, realiza nesta terça-feira, dia 16 de abril, mais uma sessão do CineMaterna. O filme escolhido pelas mães é a animação "Kung Fu Panda 4" e a sessão começa às 14 horas. As dez primeiras mães que chegarem não pagam o ingresso.

O objetivo do Cinematerna é oferecer às mães uma nova experiência social com a possibilidade de troca de informações com as demais famílias e, até mesmo, o retorno à vida social, uma vez que, devido à maternidade recente, muitas acabam se dedicando exclusivamente aos bebês e deixando de lado momentos de lazer e entretenimento.

As sessões, que são exclusivas para mães com seus bebês de até 18 meses de idade e até um acompanhante, serão realizadas uma vez por mês, sempre às terças-feiras, às 14h, e os ingressos poderão ser adquiridos na hora ou antecipadamente. Em todas as sessões, serão distribuídas dez cortesias para as primeiras mães que chegarem até a Cinépolis do Plaza Shopping.

Rodobens

RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.

CNPJ nº 59.970.624/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores(as), A empresa Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A., uma das maiores distribuidoras de veículos comerciais representante da marca Mercedes-Benz no Brasil e integrante das Empresas Rodobens, um dos maiores grupos empresariais do país, oferece uma plataforma diversificada de produtos e serviços em múltiplos canais para seus clientes. Nossa longa experiência no segmento de Veículos Comerciais nos permite oferecer um atendimento de excelência e personalizado, contribuindo para a evolução crescente dos resultados e possibilitando atingir clientes dos mais diversos segmentos e para as mais variadas finalidades. Neste contexto, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras desta Revendedora de Veículos Comerciais, correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as obrigações acessórias, apuração de tributos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária findo nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No ano de 2023, Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. registrou um faturamento na Unidade com 1,2 Bilhões o que representa uma queda de 13,3% comparado com o ano anterior. Registrou o resultado líquido de R$ 103 milhões em 31 de dezembro de 2023. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 representa o total de R$ 380 milhões. Avançamos na aceleração de nossa transformação digital, com a otimização de nossos modelos de negócios e o uso de inovação aberta e tecnologias digitais para criação de novas frentes de resultado. A plataforma de Balcão digital, criada para conectar de forma remota compradores e vendedores de peças, lubrificantes e pneus, segue em forte ritmo de expansão plugando novos sellers e trazendo mais opções de compras aos clientes. Conquistamos ainda em 2023, um indicador de NPS (*Net Promoter Score*) alcançando 91,19% nas pesquisas de satisfação dos nossos clientes. Externamos nossos mais sinceros agradecimentos, reforçando o compromisso pela contínua busca de melhoria, aperfeiçoamento de nossos processos, profissionalismo na condução de nossos negócios e comprometimento em continuarmos sendo o parceiro dos primeiros passos. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São José do Rio Preto/SP, 08 de abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.654	49.055
Títulos e valores mobiliários	7	51.869	18.002
Contas a receber de clientes	9	66.301	47.377
Conta corrente fábrica	11	8.113	6.773
Estoques	12	302.759	177.055
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.955	1.741
Impostos a recuperar	13	2.334	983
Adiantamentos a fornecedores		11.396	5.519
Despesas antecipadas		2.084	1.888
Demais contas a receber		2.763	2.244
Total do ativo circulante		486.228	310.637
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente fábrica	11	93.319	130.980
Mútuo financeiro - Partes relacionadas	30	28.847	25.387
Depósitos judiciais	21	3.887	2.856
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.807	1.454
Impostos a recuperar	13	14.367	7.822
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	24.941	12.314
Demais contas a receber		1.082	1.128
		189.250	181.941
Investimentos	15	41.592	35.881
Intangível	16	1.678	2.329
Imobilizado	17	34.137	24.187
Ativo de direito de uso	18	15.277	19.813
Total do ativo não circulante		281.934	264.151
Total do ativo		**768.162**	**574.788**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	19	203.248	53.438
Adiantamentos de clientes	10	34.557	31.773
Adiantamento da fábrica		17.475	5.298
Passivo de arrendamento	18	5.807	5.484
Empréstimos	20	28.203	63.075
Instrumentos financeiros derivativos	8	3.302	3.575
Salários e encargos sociais		19.087	19.334
Impostos a recolher		1.692	6.342
Dividendos a pagar	30	54.423	20.573
Demais contas a pagar		5.682	1.527
Total do passivo circulante		373.496	210.419
Não circulante			
Empréstimos	20	-	28.152
Passivo de arrendamento	18	11.813	16.537
Provisão para contingências	21	614	709
Provisão para passivo a descoberto em coligadas	15	2.415	8.089
Total do passivo não circulante		14.842	53.487
Total do passivo		388.338	263.906
Patrimônio líquido	23		
Capital social		140.177	140.177
Reserva legal		16.489	11.349
Reserva especial		-	24.437
Reserva de subvenção para investimento		132.436	-
Retenção de lucros		90.746	134.943
Ajuste de avaliação patrimonial		(24)	(24)
Total do patrimônio líquido		379.824	310.882
Total do passivo e patrimônio líquido		**768.162**	**574.788**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas e de serviços prestados	24	1.169.081	1.364.207
Custos das vendas e dos serviços prestados	25	(966.449)	(1.124.980)
Lucro bruto		202.632	239.227
Despesas com vendas	26	(52.198)	(51.045)
Despesas gerais e administrativas	27	(89.115)	(85.615)
Outras receitas, líquidas	28	7.432	3.816
Lucro operacional		68.751	106.383
Receitas financeiras	29	39.718	43.655
Despesas financeiras	29	(38.005)	(51.491)
Resultado financeiro	29	1.713	(7.836)
Resultado de equivalência patrimonial	15	11.453	14.898
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.917	113.445
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	8.249	(22.933)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 / 22	12.627	(4.855)
		20.876	(27.788)
Lucro líquido do exercício		102.793	85.657
Quantidade de ações		140.177	140.177
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações do capital social - R$		733,31	611,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	102.793	85.656
Total do resultado abrangente do exercício	102.793	85.656

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva especial	Reserva de subvenção para investimento	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		140.177	7.066	-	-	88.914	-	(24)	236.133
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	85.655	-	85.655
Reserva legal	23 (b)	-	4.283	-	-	-	(4.283)	-	-
Reserva especial	23 (c)	-	-	24.437	-	-	-	-	24.437
Distribuição de dividendos	23 (c)	-	-	-	-	-	(20.343)	-	(20.343)
Juros sobre capital próprio	23 (c)	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Lucros a destinar	23 (e)	-	-	-	-	46.029	(46.029)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		140.177	11.349	24.437	-	134.943	-	(24)	310.882
Constituição retenção de lucros, conforme AGO/SGE de 28 de abril de 2023	23 (c)	-	-	-	-	15.000	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	102.794	-	102.794
Reserva legal	23 (b)	-	5.140	-	-	-	(5.140)	-	-
Reserva especial	23 (c)	-	-	(24.437)	-	-	-	-	(24.437)
Reserva de subvenção para investimento	23 (f)	-	-	-	132.436	(100.566)	(31.870)	-	-
Distribuição de dividendos	23 (c)	-	-	-	-	-	(24.415)	-	(24.415)
Lucros a destinar	23 (e)	-	-	-	-	41.369	(41.369)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		140.177	16.489	-	132.436	90.746	-	(24)	379.824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.918	113.444
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	16 / 17 / 18	13.954	12.717
Resultado na alienação de bens do imobilizado	17	(1.390)	(1.392)
Baixa do ativo intangível	16	-	5.634
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	09	615	(353)
Provisão para perdas de estoque	12	(83)	143
Provisão para perdas de crédito		(6)	6
Resultado de equivalência patrimonial	15	(11.453)	(14.898)
Variações monetárias e juros, líquidos	33	3.085	13.890
Provisão para contingências	21	(94)	(442)
		86.546	128.749
Variação no capital circulante:			
Títulos e valores mobiliários		(33.867)	(13.442)
Contas a receber de clientes		(19.539)	58.716
Conta corrente fábrica		36.327	(9.205)
Estoques		(125.621)	(22.019)
Impostos a recuperar		(7.896)	11.954
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5.629)	1.763
Adiantamentos a fornecedores		(5.877)	(2.402)
Demais contas a receber, despesa antecipada, depósito judicial e partes relacionadas		(1.705)	151
Fornecedores		149.810	(42.428)
Adiantamentos de clientes		2.804	(3.173)
Adiantamento fábrica		12.177	(12.188)
Salários e encargos sociais		(247)	356
Impostos a recolher		(4.650)	(3.235)
Demais contas a pagar, partes relacionadas		4.158	(1.128)
Caixa gerado nas operações		86.791	92.469
Juros pagos	33	(10.243)	(9.796)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.689)	(24.378)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		66.859	58.295
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de imobilizado	17	(20.215)	(8.569)
Adições de intangível	16	(417)	(2.703)
Valor recebido pela venda de imobilizado		4.619	2.869
Valor recebido pela venda de intangível		-	18.606
Recebimento de dividendos	15	6.068	4.000
Aumento de capital em investida	15	(6.000)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(15.945)	14.203
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos	33	-	30.000
Pagamentos de empréstimos	33	(59.600)	(58.074)
Recebimento (pagamento) de derivativo		-	1.803
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(12.566)
Pagamentos de arrendamento	18	(5.715)	(4.651)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(65.315)	(43.488)
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(14.401)	29.010
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.055	20.045
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		34.654	49.055

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais: A Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. ("Companhia"), localizada em São José do Rio Preto - SP, integra as Empresas do grupo Empresarial denominado "Empresas Rodobens" ("Grupo"). Suas atividades operacionais estão concentradas no setor automobilístico, sendo representante das marcas Mercedes Benz do Brasil Ltda.("Montadora") e Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda. Possui filiais em Fernandópolis-SP, Jataí-GO, Rio Verde–GO, Ananindeua-PA, Macapá-AP, Imperatriz-MA, Santarém-PA, Marabá-PA, Araguaína-TO, Parauapebas-PA, Novo Progresso-PA, Paragominas-PA, Cuiabá-MT, Rondonópolis-MT, Sinop-MT, Tangará da Serra-MT e Nova Mutum-MT. Suas atividades operacionais compreendem a comercialização de veículos comerciais novos e seminovos, de peças e acessórios e de pneus, bem como a prestação de serviços de oficina mecânica/funilaria, recapagem e borracharia. Em complemento às suas atividades operacionais, a Companhia efetua intermediação de operações de financiamento com bancos, leasing, consórcios, seguros e faturamento direto com a Montadora. Adicionalmente, a Companhia também participa em outras Empresas do Grupo. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais adotadas: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a partir da Nota 2, essas políticas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto no caso de ativos e passivos financeiros demonstrados na Nota 5 como mensurados ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de abril de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações da Companhia. Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. ***(i) Demonstrações financeiras consolidadas:*** A administração da Companhia optou pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A., visto haver a consolidação das demonstrações financeiras da sua controladora Rodobens S.A., sendo essas demonstrações utilizadas pelos acionistas e pelo mercado. As demonstrações financeiras consolidadas da Rodobens S.A. foram emitidas em 20 de março de 2024. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis materiais: a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **b. Imposto mínimo complementar global:** A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia operam e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **c. Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 2 - Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações CPC 26):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 20, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos (não financeiros). Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 1 e CPC 40):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **c. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Transações e saldos em moedas estrangeiras:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros: *2.6.1. Classificação:*** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) e (b) ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os itens que passaram a ser mensurado ao custo amortizado, atendem as condições especificadas pelo CPC 48: • é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **a. *Ativos financeiros ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado):*** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **b. *Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou calculáveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). ***2.6.2. Reconhecimento e mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usam o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. ***2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***2.6.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Para equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, a Companhia adotou em 2019 a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* e designou certos derivativos como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* também são demonstrados pelo valor justo e registrado conforme abaixo: • *Hedge de valor justo*: os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado. • *Hedge de fluxo de caixa*: a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em VJORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O objetivo da gestão de riscos e a estratégia de proteção destes riscos são documentados no início da operação e de forma contínua quanto à efetividade dos instrumentos financeiros derivativos e o ajuste a valor justo ou fluxo de caixa das operações objeto de hedge. Se o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização, a relação de proteção é descontinuada. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge, bem como a movimentação dos valores de *hedge* (*hedge accounting*) estão divulgados na Nota 8. Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de despesas contida no orçamento oficial da Companhia. A Companhia também administra suas exposições em juros por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições, e ainda, efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos. ***2.6.5. Contas a receber de clientes:*** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. ***2.6.6. Perda de crédito esperada:*** A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. ***2.6.7. Passivos financeiros:*** **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***2.6.8. Desreconhecimento:*** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.7. Conta corrente fábrica:** A "conta corrente fábrica" é uma conta gráfica estabelecida contratualmente entre a Companhia e a Montadora, utilizada pelas partes em operações de recebimento de bonificações, incentivos de vendas e garantias e revisões, conforme contrato de concessão. Esses valores a serem reembolsados são apresentados na rubrica "Conta corrente fábrica", no ativo circulante e não circulante. Esses ativos são registrados após (i) emissão de nota fiscal de venda de peças em garantia; e (ii) execução dos serviços de revisões previstos no termo de garantia. **2.8. Estoques:** Os estoques de veículos e peças são demonstrados ao custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo de veículos novos e seminovos é controlado individualmente por veículo e o custo de peças e acessórios pelo método da média ponderada móvel. O custo da oficina compreende os custos de mão de obra direta e as respectivas despesas diretas da oficina. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A Companhia periodicamente avalia a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distratos com clientes, e não têm identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras. **2.9. Adiantamento a fornecedores:** Compreende substancialmente a valores adiantados à Montadora para compra de produtos. **2.10. Investimentos em coligadas:** A Companhia possui participações societárias em empresas integrantes das Empresas Rodobens cujas atividades compreende o comércio de veículos automotores, peças e acessórios, prestação de serviços e locação de veículos. Coligadas são todas as entidades sob as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo (Nota 15). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, ela desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **2.11. Ativos intangíveis - *Softwares*:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. **2.12. Ativo imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 17). As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas de acordo com o período do contrato, que são firmados geralmente para 5 ou 10 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" (Nota 28), na demonstração do resultado. **2.13. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. **2.14. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.15. Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.16. Adiantamento da fábrica:** O adiantamento da fábrica refere-se a bonificações recebidas de veículos novos que estão no estoque da Companhia - bens não comercializados. **2.17. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.19. Benefícios a empregados - participação nos lucros: *(i) Benefício de curto prazo:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(ii) Programa de participação nos lucros e resultados:*** A Companhia adota os programas de participação nos lucros ("PPR") tendo como base critérios de meta de resultado e desempenho operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. ***(iii) Incentivos de longo prazo:*** A Companhia possui benefícios de longo prazo relacionados a metas executivas (ILP – Incentivo de longo prazo), sendo provisionados conforme medição periódica do cumprimento das respectivas metas e estimativa da saída de recursos no futuro conforme regime de competência. ***(iv) Outros benefícios pós-empregos e de longo prazo:*** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações. **2.20. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **a. *Venda de produtos e serviços:*** As vendas de veículos comerciais novos e seminovos, peças e acessórios e de pneus são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente, sendo após (i) a emissão de nota fiscal de venda; e (ii) a transferência do controle via assinatura do canhoto da nota fiscal e recibo do veículo. As vendas de serviços de oficina, recapagem, borracharia e intermediação de vendas são reconhecidas após (i) a emissão de nota fiscal de prestação de serviço; e (ii) ser finalizada e aceita a prestação de serviços. **b. *Receitas financeiras:*** As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos resultados financeiros líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **c. *Receitas de bonificações:*** A Montadora adota campanhas de vendas através de incentivos aos seus concessionários. Essas campanhas seguem condições rígidas preestabelecidas e são relacionadas ao cumprimento de metas as quais, quando prováveis, conferem à Companhia o direito de recebimento de bonificações. As receitas com essas bonificações são reconhecidas após essas metas serem prováveis de serem atingidas e após cumpridas as obrigações de desempenho. **2.21. Custos e demais receitas e despesas:** Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência. Os custos acompanhando o reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47. **2.22. Subvenção para investimentos:** Conforme estabelece o CPC 07, Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na Nota 23 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.23. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Equivalência patrimonial: Determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida (Notas 2.9 e 15); • Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento: Se a Companhia tem razoavelmente certeza de opções de prorrogação (Nota 18); e • Tributos diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 14). **3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perdas de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais com principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. (Notas 9); • Imóveis, veículos e outros bens retomados classificados como "Outros Ativos" no balanço patrimonial: determinação do valor justo menos custo da venda, dos quais a insuficiência é reconhecida registro de *impairment*; • Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, como teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e as principais premissas em relação ao valor recuperável (Nota 16); • Estimativas de vida útil e valor residual do ativo imobilizado, bem como análise de indicativos de *impairment* (Nota 17); • Passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do contrato, descontado à taxa incremental (Nota 18); e • Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (Nota 21). ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas: • Nota 4 – Gestão de risco financeiro; e • Nota 5 – Instrumentos financeiros por categoria. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado (taxas de juros e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela assessoria financeira das Empresas Rodobens, segundo as políticas aprovadas pelo conselho de administração do Grupo. A assessoria financeira do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração do Grupo estabelece formalmente princípios, através de políticas e realização de comitês, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O caixa e equivalente, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras que possuem rating entre BB- até AAA, baseado na agência de rating *Fitch Ratings*. **a. *Risco de mercado: (i) Risco de taxas de juros*:** A Companhia está exposta a risco de taxa de juros flutuantes, sendo substancialmente as variações da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remuneram suas aplicações financeiras, e os juros sobre mútuos a receber contratados a taxas que variam entre 100% do CDI e juros sobre empréstimos indexados a taxas pré-fixadas que variam de 1,25% a 1,37% ao ano acrescidas de variação do CDI. A Gestão de Finanças do Grupo considera que, pela característica dos índices pelos quais suas aplicações estão indexadas, a Companhia não está exposta a variações significativas e, por isso, a Companhia não possui política definida para mitigar os riscos de taxas de juros. ***(ii) Risco cambial*:** A Gestão de Finanças estabeleceu uma política para administração do seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo. A Companhia possui captação de empréstimos em moeda estrangeira conforme demonstrado na Nota 20. Com o objetivo de evitar a exposição a variação cambial, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em conjunto com a operação de captação. **b. *Risco de crédito:*** O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador. O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha, buscando as melhores rentabilidades com liquidez. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de uma realização contínua de análise de crédito. Os valores contábeis das contas a receber de clientes representam a exposição máxima do crédito. A avaliação da perda esperada de crédito para contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada abaixo:

31 de dezembro de 2023	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
A vencer	0,14%	61.524	86	Não
Vencidas até 30 dias	1,81%	992	18	Não
Vencidas de 31 a 60 dias	4,64%	690	32	Não
Vencidas de 61 a 90 dias	9,75%	400	39	Não
Vencidas de 91 a 180 dias	26,38%	834	220	Não
Vencidas há mais de 180 dias	56,87%	5.230	2.974	Sim
		69.670	3.369	

31 de dezembro de 2022	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
A vencer	0,23%	39.245	92	Não
Vencidas até 30 dias	1,05%	3.157	33	Não
Vencidas de 31 a 60 dias	3,80%	1.553	59	Não
Vencidas de 61 a 90 dias	21,20%	599	127	Não
Vencidas de 91 a 180 dias	20,25%	2.923	592	Não
Vencidas há mais de 180 dias	78,48%	3.731	2.928	Sim
		51.208	3.831	

c. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelas entidades operacionais da Companhia em conjunto com sua administração e reportada à Gestão de Finanças da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas dos financiamentos em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às necessidades da Companhia (Notas 6 e 7). A Companhia optou por demonstrar os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em sua demonstração de fluxo de caixa, como fluxo de caixa das atividades de financiamento, conforme permitido pelo pronunciamento contábil CPC 03. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluindo pagamentos de juros estimados:

2023 – Saldo total a pagar	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de cinco anos
Passivo de arrendamento	17.620	20.804	6.568	9.270	1.893	3.073
Demais contas a pagar	5.682	5.682	5.682	-	-	-
Empréstimos	28.203	28.496	28.496	-	-	-
Fornecedores	203.248	203.248	203.248	-	-	-
Total	**254.753**	**258.230**	**243.994**	**9.270**	**1.893**	**3.073**

2022 – Saldo total a pagar	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de quatro anos
Passivo de arrendamento	22.021	26.768	7.211	12.457	5.712	1.388
Demais contas a pagar	1.527	1.527	1.527	-	-	-
Empréstimos	91.227	96.385	66.639	29.746	-	-
Fornecedores	53.438	53.438	53.438	-	-	-
Total	**168.213**	**178.118**	**128.815**	**42.203**	**5.712**	**1.388**

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total corresponde à dívida líquida mais o patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira (não considera passivo de arrendamento) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	Nota	2023	2022
Total dos empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e mútuos	20	2.658	69.415
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(34.654)	(49.055)
Dívida líquida		(31.996)	20.360
Total do patrimônio líquido		379.824	310.882
Total do capital		347.828	331.242
Índice de alavancagem financeira - %		(8%)	6%

4.3. Análise de sensibilidade para exposição a taxa de juros e câmbio: Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress.* A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações: ***Análise de sensibilidade para taxa de juros:*** A Companhia monitora as variações das taxas de juros a fim de avaliar os impactos no caixa/TVM e empréstimos/financiamentos. A análise de sensibilidade foi elaborada com base nas projeções do Boletim Focus (Banco Central) para o CDI, indexador tanto para os ativos como para os passivos financeiros. Para o caixa/TVM, foi utilizada a premissa de que o caixa está aplicado a 100% do CDI e que, portanto, o impacto no resultado deveria obedecer ao indicador divulgado pelo Focus no cenário provável, para as variações de +25%, +50%, -25% e -50% aplicou-se estas variações de forma linear. Para os empréstimos, foi utilizada como referência o CDI + *spread* (custo da dívida Corporativa). Para os cenários de variação, foi calculado CDI +25%, +50%, -25% e -50% depois se aplicando o spread sobre a taxa encontrada, visto que quem está sujeito a variações é o CDI e não o ***spread***, que já foi previamente contratado.

Análise de sensibilidade - exposição de juros

31 de dezembro de 2023	Moeda	Saldo em 31/12/2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	34.654	4.037	5.046	6.056	3.028	2.019
Aplicações financeiras	BRL	51.869	6.043	7.553	9.064	4.532	3.021
Empréstimos - LOAN 4131	EUR	(28.203)	(3.742)	(4.576)	(5.409)	(2.909)	(2.076)
Derivativos	BRL	(3.302)	(438)	(536)	(633)	(341)	(243)
		55.018	**5.900**	**7.487**	**9.078**	**4.310**	**2.721**

Análise de sensibilidade - exposição de juros

31 de dezembro de 2022	Moeda	Saldo em 31/12/2022	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	49.055	6.745	8.431	10.118	5.059	3.373
Aplicações financeiras	BRL	18.002	2.475	3.094	3.713	1.856	1.238
Empréstimos - CDI +	BRL	(62.575)	(9.921)	(12.112)	(14.303)	(7.730)	(5.539)
Empréstimos - LOAN 4131	EUR	(28.651)	871	(6.073)	(13.018)	7.816	14.761
Derivativos	BRL	(3.575)	(871)	6.073	13.018	(7.816)	(14.761)
		(27.745)	**(701)**	**(587)**	**(472)**	**(815)**	**(928)**

Análise de sensibilidade para o câmbio: Com relação aos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*swap*) para proteger as dívidas tomadas em moeda estrangeira – *Loan* 4131. Ainda assim, foram demonstrados os cenários: **(i) Provável:** Projeção do Boletim Focus (Banco Central) na data base do balanço para o próximo ano; **(ii) Valorização da moeda estrangeira:** Impacto de +25% e +50% nas taxas de câmbio com base no cenário provável; **(iii) Desvalorização da moeda estrangeira:** Impacto de -25% e -50%

continua...

...continuação

RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A. - CNPJ nº 59.970.624/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

nas taxas de câmbio com base no cenário provável.

31 de dezembro de 2023							
Cotação EUR 5,3516	Moeda	Saldo em 31/12/2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Empréstimos - LOAN 4131	EUR	(28.203)	14	(7.034)	(14.081)	7.061	14.108
Derivativos	EUR	(3.302)	2	(823)	(1.649)	827	1.652
		(31.505)	16	(7.857)	(15.730)	7.888	15.760

31 de dezembro de 2022							
Cotação EUR 5,3516	Moeda	Saldo em 31/12/2022	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Empréstimos - LOAN 4131	EUR	(28.651)	(4.412)	(5.411)	(6.410)	(3.413)	(2.414)
Derivativos	EUR	(3.575)	(551)	(675)	(800)	(426)	(301)
		(32.226)	(4.963)	(6.086)	(7.210)	(3.839)	(2.715)

4.4. Instrumentos financeiros e estimativa de valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Abaixo segue a mensuração dos ativos e passivos:

	Nível	2023	2022
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários			
- Fundos de investimento			
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	14.808	4.013
- Over 1 dia	2	10.802	14.231
- Fundos	1	-	5.588
- Letras Financeiras - LF	1	18.060	8.076
- Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	19.001	325
- Tesouraria	1	1	1
		62.672	32.234
Instrumentos financeiros derivativos (Passivo)	2	3.302	3.575

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2023		2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	10.803	23.851	14.232	34.823
Títulos e valores mobiliários	51.869	-	18.002	-
Contas a receber de clientes	-	66.301	-	47.377
Conta corrente fábrica	-	101.432	-	137.753
Mútuo financeiro - Partes relacionadas	-	28.847	-	25.387
Depósitos judiciais	-	3.887	-	2.856
Demais contas a receber	-	3.845	-	3.372
	62.672	228.163	32.234	251.568

	2023		2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	203.248	-	53.438
Empréstimos	-	28.203	-	91.227
Instrumentos financeiros derivativos	3.302	-	3.575	-
Dividendos a pagar	-	54.423	-	20.573
Passivo de arrendamento	-	17.620	-	22.021
Demais contas a pagar	-	5.682	-	1.527
	3.302	309.176	3.575	188.786

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	1.581	2.840
Certificados de Depósito Bancário - CDB (ii)	22.270	31.983
Fundos de investimento (i)		
- Tesouraria	1	1
- *Over* 1 dia	10.802	14.231
	34.654	49.055

(i) Esse valor é representado por aplicações financeiras que são remunerados com base no Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 100% a 102,14% em 2023 (2022 – 100% a 112,2%) do CDI. (ii) Esses valores são representados, substancialmente, por títulos de renda fixa, remunerados as taxas que correspondem a aproximadamente 100,21% em 2023 (2022 – 105%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

7. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Fundos de Investimentos - FI		
- Certificados de Depósito Bancário - CDB	19.001	325
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.808	4.013
- Letras Financeiras - LF	18.060	8.076
- Fundos	-	5.588
	51.869	18.002

Os títulos e valores mobiliários referem-se, substancialmente, a fundos de investimentos que são remunerados com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI com remuneração de, aproximadamente, 100,21% em 2023 (2022 – 102%).

8. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos (*swap*) foram contratados em conjunto com a operação de captação de empréstimos em moeda estrangeira com objetivo de proteção da variação do euro. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo totaliza R$ 3.302 no passivo (2022 - R$ 3.575). Os valores de referência *(nocional)* do contrato de *swap* de moeda e de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2023, corresponde a R$ 30.000 (2022 - R$ 30.000). Os saldos contábeis das operações de *swap* são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado (valor justo), conforme demonstrado nos quadros abaixo.

2023

	Vencimento				Ativo	Passivo	Resultado		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Saldos a receber	Saldos a pagar	Receita financeira	Despesa financeira	Receita de serviços financeiros
***Hedge* de valor justo**									
a) Instrumentos financeiros derivativos Varejo automotivo (i)									
Instrumento de *hedge*									
Valor referencial	-	(30.000)	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Valor nominal	-	(31.345)	-	(31.345)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado	-	(129)	-	(129)	-	-	274	-	-
Valor de mercado	-	(31.474)	-	(31.474)	-	(3.302)	-	-	-
Objeto de *Hedge* - Empréstimos									
Valor referencial	-	(30.000)	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Valor nominal	-	(28.355)	-	(28.355)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado	-	183	-	183	-	-	-	(674)	-
Valor de mercado	-	(28.172)	-	(28.172)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos liquidados no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4.086)	-
					-	(3.302)	274	(4.760)	-

2022

	Vencimento				Ativo	Passivo	Resultado		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Saldos a receber	Saldos a pagar	Receita financeira	Despesa financeira	Receita de serviços financeiros
***Hedge* de valor justo**									
a)Instrumentos financeiros derivativos Varejo automotivo (i)									
Instrumento de *hedge*									
Valor referencial	-	(30.000)	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Valor nominal	-	(31.484)	-	(31.484)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado	-	(743)	-	(743)	-	-	-	(15.901)	-
Valor de mercado	-	(32.227)	-	(32.227)	322	(3.897)	-	-	-
Objeto de *Hedge* - Empréstimos									
Valor referencial	-	(30.000)	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Valor nominal	-	(29.509)	-	(29.509)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado	-	857	-	857	-	-	992	-	-
Valor de mercado	-	(28.651)	-	(28.651)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos liquidados no exercício	-	-	-	-	-	-	1.804	-	-
					322	(3.897)	2.796	(15.901)	-

(i) Na empresa Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. foi contratada operação de *swap* com o objetivo principal de trocar os encargos de empréstimos, originalmente contratados em moeda estrangeira, para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) mais "*spread"* fixo. Em 2019 as operações de *swap* dessas empresas foram designadas como instrumento de *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, as operações em aberto montam EUR$ 5.268, de valor *nocional*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve liquidações de contratos, apurando perda líquido de R$ 4.806 (31 de dezembro de 2022 – ganho líquido de R$ 1.804). A valorização dos contratos foi feita com base no valor da "curva", cuja diferença para o correspondente valor justo é imaterial.

9. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes (a)	18.953	30.619
Contas a receber de empresas ligadas (Nota 30)	50.717	20.589
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(3.369)	(3.831)
	66.301	47.377

(a) Referem-se a valores a receber substancialmente pela venda de veículos e peças. Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos feita pela administração da Companhia, não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	2023	2022
A vencer	61.438	39.153
Vencidas até 30 dias	974	3.124
Vencidas de 31 a 60 dias	658	1.494
Vencidas de 61 a 90 dias	361	472
Vencidas de 91 a 180 dias	614	2.331
Vencidas há mais de 180 dias	2.256	803
	66.301	47.377

(b) De acordo com o CPC 48, a Companhia aplicou uma abordagem simplificada para o cálculo do *impairment* de duplicatas a receber, segregando a carteira de clientes segundo sua categoria e aplicando um percentual variável, de acordo com a sua classificação, o risco que apresenta e o tempo de atraso. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não maném nenhum título como garantia de contas a receber. As movimentações nas perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa são as seguintes:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	3.831	2.822
Provisão para *impairment* de contas a receber, líquida	(1.901)	(353)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	1.439	1.362
Em 31 de dezembro	3.369	3.831

Em 31 de dezembro de 2023, as contas a receber de clientes no valor de R$ 4.863 (R$ 8.224 em 2022) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a clientes que não têm histórico de inadimplência ou cujos valores possuem garantias reais.

10. Adiantamento de clientes

	2023	2022
Veículos faturados e não entregues	30.003	26.394
Adiantamento partes relacionadas (Nota 30)	153	173
Outros adiantamentos de clientes	4.420	5.206
	34.577	31.773

11. Conta corrente fábrica

	2023	2022
Conta corrente fábrica (i)	18	938
Fundo retido fabricante - veículos (ii)	56.953	102.051
Fundo retido fabricante - peças (ii)	36.367	28.929
Garantias pendentes (iii)	2.677	3.805
Revisões pendentes (iii)	63	155
Bonificação (iv)	5.397	3.757
Provisão para perdas de garantia	-	(6)
Outros valores adiantados	(43)	-
	101.432	137.753
Circulante	8.113	6.773
Não circulante	93.319	130.980

(i) Corresponde a conta movimento firmada contratualmente entre a Companhia e a Montadora. (ii) Referem-se a aplicações financeiras vinculadas à conta corrente fábrica, remuneradas a 100% do CDI em 2023 e 2022, que estão sob gestão da Montadora. (iii) Referem-se a valores a serem pagos pela Montadora por conta de mercadorias fornecidas e serviços prestados a clientes, em conformidade com o termo de garantia/revisões dos veículos novos. (iv) Refere-se à bonificação a receber em decorrência de incentivos de vendas estabelecidos pelas políticas da Montadora.

12. Estoques

	2023	2022
Veículos novos	233.306	114.549
Veículos usados	2	2
Peças, acessórios e pneus	74.602	57.473
Impairment de peças, acessórios e pneus (i)	(1.767)	(1.850)
Outros	6.616	6.881
	302.759	177.055

(i) Foi feito análise de *impairment* sobre o estoque da Companhia com o objetivo de garantir que seu valor seja mensurado e reconhecido pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, conforme o Pronunciamento Contábil CPC 16. Na análise, foi identificado a necessidade de ajuste de *impairment* sobre alguns itens de peças, acessórios e pneus que apresentaram baixo giro e redução de seu valor recuperável. Abaixo está demonstrada a movimentação do *impairment* sobre o estoque:

	2023	2022
Saldo em 1º janeiro	(1.850)	(1.707)
Provisão para *impairment* de peças, acessórios e pneus	(888)	(751)
Reversão para *impairment* de peças, acessórios e pneus	971	608
Saldo final do exercício	**(1.767)**	**(1.850)**

13. Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS (i)	16.080	8.627
COFINS	308	53
PIS	77	22
Outros	236	103
	16.701	8.805
Circulante	2.334	983
Não circulante	14.367	7.822

(i) Créditos sobre aquisições de veículos interestaduais para comercialização. A Companhia enviou ao fisco pedido de habilitação de parte dos créditos referentes à competência 2011 a 2014, conforme ao Art.73 do RICMS-SP. Até 2021, o fisco homologou os pedidos de habilitação de crédito do ICMS solicitado pela Companhia no total de R$ 4.786. Em relação ao saldo residual, a Companhia está avaliando a possibilidade de efetivar novos pedidos de homologação, bem como outras oportunidades de consumir os atinentes créditos tributários. Em 2022, a Companhia comercializou o crédito tributário de R$ 4.786 (homologado).

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 22). Os valores para compensação futura são os seguintes:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Ativo (passivo) de imposto diferido		
Ativo (passivo) de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.132	5.975
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	18.809	6.339
	24.941	12.314

	2023	2022
No ativo não circulante		
Créditos tributários		
Tributos diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais e base negativa	17.885	5.815
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	1.145	1.303
Provisão para contingências	209	241
Participação nos lucros	2.109	2.385
Derivativos	1.123	1.325
Direito de uso	796	751
Outros ajustes	2.404	1.245
	25.671	13.065
No passivo não circulante		
Débitos tributários		
Tributos diferidos sobre:		
Depreciação econômica	271	190
Derivativos	62	401
Outros ajustes	397	160
	730	751
Tributos diferidos, líquidos	24.941	12.314

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

15. Investimentos: Os investimentos em coligadas estão demonstrados conforme segue:

	Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	Total
Capital social	251.583	16.213	16.000	
Percentual de participação	10,11%	20,63%	50,00%	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	403.433	(11.698)	1.570	
Resultado do exercício	108.648	2.178	22	
Ativo circulante	376.411	33.898	29.674	
Ativo não circulante	175.042	46.211	17.734	
Ativo total	551.453	80.109	47.408	
Passivo circulante	100.510	76.812	44.204	
Passivo não circulante	47.510	14.995	1.634	
Passivo total	148.020	91.807	45.838	
Movimentação:				
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	27.883	(5.011)	(5.978)	16.894
Resultado de equivalência patrimonial	11.999	2.148	751	14.898
Dividendos/ lucros distribuídos	(4.000)	-	-	(4.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	35.882	(2.863)	(5.227)	27.792
Investimentos				35.881
Provisão para passivo a descoberto em coligadas				(8.089)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022				27.792
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	35.882	(2.863)	(5.227)	27.792
Resultado de equivalência patrimonial	10.987	450	16	11.453
Aumento de capital	-	-	6.000	6.000
Dividendos/ lucros distribuídos	(6.068)	-	-	(6.068)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	40.801	(2.413)	789	39.177
Investimentos				41.592
Provisão para passivo a descoberto em coligadas				(2.415)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023				39.177

16. Intangível

	Software	Outros	Intangível em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	4.177	5	3.182	7.364
Aquisições	1.170	-	1.533	2.703
Transferência	3.176	-	(3.176)	-
Alienações/Baixas	(4.104)	-	(1.530)	(5.634)
Amortização	(2.103)	(1)	-	(2.104)
Saldo contábil líquido	2.316	4	9	2.329
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo total	8.887	999	9	9.895
Amortização acumulada	(6.571)	(995)	-	(7.566)
Saldo contábil líquido	2.316	4	9	2.329
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	2.316	4	9	2.329
Aquisições	57	-	360	417
Amortização	(1.067)	(1)	-	(1.068)
Saldo contábil líquido	1.306	3	369	1.678
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo total	8.773	999	369	10.141
Amortização acumulada	(7.467)	(996)	-	(8.463)
Saldo contábil líquido	1.306	3	369	1.678
Taxas anuais de amortização	20%	10%	-	-

17. Imobilizado

	Benfeitorias em propriedades de terceiros (i)	Instalações	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos (ii)	Equipamentos de informática	Obras em andamento (iii)	Total
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial	10.258	324	1.731	1.281	2.023	3.887	148	2.952	22.604
Aquisições	-	7	12	246	271	2.716	9	5.308	8.569
Alienações	(98)	(6)	(1)	(39)	(29)	(1.281)	(23)	-	(1.477)
Transferência	5.296	115	-	-	-	-	-	(5.411)	-
Depreciação	(3.303)	(78)	(264)	(461)	(355)	(988)	(60)	-	(5.509)
Em 31 de dezembro de 2022	12.153	362	1.478	1.027	1.910	4.334	74	2.849	24.187
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo total	27.382	3.246	5.055	4.861	7.348	6.745	4.130	2.849	61.616
Depreciação acumulada	(15.229)	(2.884)	(3.577)	(3.834)	(5.438)	(2.411)	(4.056)	-	(37.429)
Saldo contábil, líquido	12.153	362	1.478	1.027	1.910	4.334	74	2.849	24.187
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	12.153	362	1.478	1.027	1.910	4.334	74	2.849	24.187
Aquisições	1.476	-	603	553	780	15.293	56	1.454	20.215
Alienações	(48)	(25)	(22)	(125)	(99)	(2.907)	(3)	-	(3.229)
Transferência	2.466	-	5	(1)	32	(11)	6	(2.497)	-
Depreciação	(4.782)	(72)	(247)	(430)	(307)	(1.158)	(40)	-	(7.036)
Em 31 de dezembro de 2023	11.265	265	1.817	1.024	2.316	15.551	93	1.806	34.137
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo total	24.736	653	2.922	2.274	3.655	17.491	349	1.806	53.886
Depreciação acumulada	(13.471)	(388)	(1.105)	(1.250)	(1.339)	(1.940)	(256)	-	(19.749)
Saldo contábil, líquido	11.265	265	1.817	1.024	2.316	15.551	93	1.806	34.137
Taxas anuais de depreciação	Variável	10%	10%	20%	10%	8% e 20%	20%	-	-

(i) As benfeitorias em propriedades de terceiros referem-se a reformas nos prédios locados para atendimento aos padrões da marca. As depreciações são conforme o prazo remanescente de vigência dos contratos de aluguel dos imóveis onde as benfeitorias foram realizadas, que variam entre 1 a 10 anos. (ii) São substancialmente veículos utilizados para *test-drive*. (iii) Refere-se a reformas e benfeitorias em andamento para atendimento aos padrões da marca Mercedes Benz. ***Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa:*** Nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os arrendamentos da Companhia e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A Companhia utilizou o método de interpolação para apurar a taxa incremental (taxa individual) de todos os contratos vigentes de arrendamento mercantil - as taxas variam de 8,34% a 9,53% a.a. (2022 –8,34% a 9,53% a.a.). A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das concessionárias.

a. Ativos de direito de uso

	2023	2022
Em 1° de janeiro	19.813	17.570
Atualização monetária	1.081	6.508
Renovação de contratos	233	839
Depreciação	(5.850)	(5.104)
Em 31 de dezembro	15.277	19.813

b. Passivo de arrendamento

	2023	2022
Em 1º de janeiro	22.021	19.325
Juros provisionados	1.805	1.997
Juros pagos	(1.805)	(1.997)
Atualização monetária	1.081	6.508
Renovação de contratos	233	839
Pagamentos	(5.715)	(4.651)
Em 31 de dezembro	17.620	22.021
Circulante	5.807	5.484
Não circulante	11.813	16.537

No quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento:

	2023	2022
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano	6.568	7.211
Entre 1 e 2 anos	9.270	12.457
Entre 2 e 5 anos	1.893	5.712
Acima de 5 anos	3.073	1.388
Valores não descontados	20.804	26.768
Juros embutidos	(3.184)	(4.747)
	17.620	22.021

c. Resultado de arrendamento

	2023	2022
Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses	2.556	2.189
Amortização do arrendamento de aluguel	5.850	5.104
Despesas financeiras	1.805	1.997
	10.211	9.290

19. Fornecedores

	2023	2022
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. (i)	167.293	28.520
Mercedes-Benz do Brasil Ltda.	20.535	7.955
Sociedade Michelin de Participações Indústria e Comércio Ltda.	2.195	2.556
Fornecedores - empresas ligadas (Nota 30)	5.182	6.869
Outros fornecedores - nacionais	8.043	7.538
	203.248	53.438

(i) Companhia mantém saldo de fornecedores junto ao Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., visto que a montadora realizou cessão de crédito do seu direito as contas a receber a esta instituição financeira, sem que houvesse alteração das condições originais da negociação (preço e prazo).

20. Empréstimos

Modalidade	Moeda	Encargos financeiros ao ano	2023	2022
Capital de giro	R$	Variação de CDI + juros anuais de 1,25% a 1,37%	-	62.576
Capital de giro	EUR	Juros de 1,45% a.a	28.203	28.651
			28.203	91.227
Circulante			28.203	63.075
Não circulante			-	28.152

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2023	2022
Em 2023	-	63.075
Em 2024	28.203	28.152
	28.203	91.227

Os empréstimos na modalidade capital de giro têm por objetivo captar recursos para aquisição de veículo. Os empréstimos são garantidos por aval da controladora Rodobens S.A.. Os empréstimos da Companhia não possuem *Covenants* financeiros, apresentando apenas *covenants* não financeiros padrão de contratos com instituições financeiras (Exemplo - Inadimplência, alteração do objeto social, restruturação societária, alteração de controle, falência etc.), periodicamente monitorados pela área de tesouraria.

21. Provisão para contingências: a. Composição dos saldos provisionados: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências.

2023	Contingências provisionadas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	210	-
Cíveis	88	26
Tributárias (i)	316	3.861
	614	3.887

2022	Contingências provisionadas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	452	11
Cíveis	190	32
Tributárias (i)	67	2.813
	709	2.856

(i) O montante de depósito judicial refere-se substancialmente à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

As movimentações na provisão para contingências são as seguintes:

2023	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Em 1° de janeiro	190	452	67	709
Constituições	209	38	335	582
Reversões	(232)	(68)	(86)	(386)
Pagamentos	(79)	(212)	-	(291)
Em 31 de dezembro	88	210	316	614

2022	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Em 1° de janeiro	922	204	26	1.152
Constituições	466	428	41	935
Reversões	(698)	(65)	-	(763)
Pagamentos	(500)	(115)	-	(615)
Em 31 de dezembro	190	452	67	709

Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e/ou externos. As naturezas das obrigações mais relevantes são sumariadas como segue: • Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. • Cíveis – consistem, substancialmente, por ações de indenizações por danos morais e danos materiais. **b. Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 35.169 (2022 - R$ 26.829), para as quais não há provisão constituída.

22. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	81.918	81.918	113.444	113.444
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(20.479)	(7.373)	(28.361)	(10.210)
Ajuste sobre adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.863	1.031	3.725	1.341
Despesas indedutíveis	(234)	(84)	(187)	(67)
Juros sobre capital próprio	-	-	3.750	1.350
Dedução PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador)	174	-	309	-
Incentivos fiscais de anos anteriores	-	-	396	142
Ajuste para alíquota efetiva	24	-	24	-
Subvenção governamental (i)	32.937	12.017	-	-
Tributos no resultado do exercício	15.285	5.591	(20.344)	(7.444)
Corrente	6.080	2.169	(16.774)	(6.159)
Diferido	9.205	3.422	(3.570)	(1.285)
Tributos no resultado do exercício	15.285	5.591	(20.344)	(7.444)
Alíquota efetiva	(19%)	(7%)	18%	7%

(i) A Companhia, com base nas discussões e jurisprudências da aplicação da Lei Complementar 160/2017, efetuou uma análise, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, a respeito da aplicação da mesma para fins de equiparação dos incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimento, reconhecendo créditos extemporâneos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido referente a anos anteriores no montante de R$ 34.120 e do ano corrente de R$ 10.834. O reconhecimento foi baseado na avaliação de que o êxito em caso de eventual questionamento é possível com viés de provável, de acordo com o ICPC 22 – Incertezas sobre o Tratamento sobre o Lucro. Sendo assim, a Companhia revisou suas apurações fiscais e realizou o lançamento do crédito em contrapartida as rubricas de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício. Tais incentivos e benefícios fiscais foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício de acordo com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

23. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 2023 e 2022, o capital social é representado por 140.176.501 ações no valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo 73.133.094 ações ordinárias nominativas e 67.043.407 ações preferenciais nominativas. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais não conferem direito a voto, salvo em condições e hipóteses em que a lei determine em contrário. **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. **c. Distribuição de dividendos:** Conforme determinado no Estatuto Social, do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 25% serão destinados aos acionistas (dividendo mínimo obrigatório), após sua compensação com a constituição da reserva legal. Em 28 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Ordinária e extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento até 31 de dezembro de 2025 sobre destinação dos dividendos relativos ao exercício de 2021 (R$ 24.437), nos termos do artigo 202, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/1976. Onde esse montante não distribuído foi deliberado para reserva especial. Além disso, nesta mesma assembleia, foi decidido que o montante de R$ 15.000 de juros sobre capital próprio, distribuídos em 2022, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, dessa forma, os acionistas decidiram não distribuir esse valor relativos ao exercício de 2022 (R$ 15.000), sendo esse montante não distribuído deliberado para reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no primeiro parágrafo deste item, a Companhia destinou aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios no total de R$ 24.415. Em 29 de abril de 2022, de acordo com Assembleia Geral Ordinária, os acionistas decidiram não distribuir os dividendos relativos ao exercício de 2021 (R$ 24.437), nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976. Esse montante não distribuído foi deliberado para reserva especial. **d. Ajustes patrimoniais:** Em 2023, os ajustes patrimoniais referem-se à equivalência patrimonial das investidas no montante de R$ 24. **e. Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 194 da Lei 6.404/76, foi criada com a finalidade de preservação da liquidez da Companhia, de modo que possa fazer frente às necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas e/ou controladas, com o intuito de desenvolver e fortalecer seus negócios e, ainda, a manutenção do capital de giro. A reserva de retenção de lucros é constituída por meio de deliberação em assembleia geral, que poderá destinar os lucros líquidos que excederem o montante necessário à formação da reserva legal e ao pagamento do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2023 no valor de R$ 88.239 está disponível na rubrica "Retenção de lucros" (2022 – R$ 46.029) e terá sua destinação deliberada em Assembleia. Em 28 de abril de 2023, o saldo do lucro remanescente de 2022 no montante de R$ 46.029, foi deliberado para a reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva de lucros excedeu o capital social e, conforme previsto no art. 199 da lei nº 6.404/76, na próxima AGO (Assembleia Geral Ordinária), esse excedente será deliberado e destinado para integralização do capital, ou destinação de dividendos. **f. Subvenções governamentais:** A Companhia, com base nas discussões e jurisprudências da aplicação da Lei Complementar 160/2017, efetuou uma análise, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, a respeito da aplicação dessa legislação para fins de equiparação dos incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimento. Tais incentivos e benefícios fiscais foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício de acordo com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor da subvenção totalizou R$ 132.436. Com base no disposto no art. 30 da Lei 12.973/2014, esse montante foi transferido para a rubrica reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido e não vai compor a base de cálculo dos dividendos ou ter parcela do valor restituída ao sócio mediante a redução de capital.

24. Receitas líquidas de vendas e de serviços prestados

	2023	2022
Vendas bruta de veículos novos	736.809	1.047.121
Vendas bruta de veículos usados	230	625
Vendas bruta de peças e acessórios	307.000	254.125
Vendas bruta de pneus	184.890	172.354
Vendas bruta de oficina mecânica	41.177	30.772
Vendas bruta - faturamento direto	19.178	17.430
Vendas bruta de serviços terceirizados	3.742	3.142
Vendas bruta de outros produtos e serviços	1.292	789
Dedução de vendas de mercadorias:		
Devolução e cancelamento de vendas	(24.452)	(32.810)
PIS	(1.398)	(1.623)
COFINS	(6.441)	(7.476)
ICMS	(85.272)	(114.345)
Dedução de vendas de serviços:		
PIS	(950)	(728)
COFINS	(4.373)	(3.348)
ISS	(2.351)	(1.821)
Receita líquida	1.169.081	1.364.207

25. Custos das vendas e dos serviços prestados

	2023	2022
Custo de veículos novos	(578.600)	(796.594)
Custo de veículos usados	(224)	(545)
Custo de peças e acessórios	(204.091)	(165.737)
Custo de pneus	(160.356)	(145.591)
Custo da oficina mecânica	(19.789)	(13.827)
Custo de serviços terceirizados	(2.297)	(1.898)
Custo de outros produtos e serviços	(1.092)	(788)
	(966.449)	(1.124.980)

26. Despesas com vendas

	2023	2022
Pessoal (inclui comissões sobre vendas)	(35.188)	(38.372)
Cortesias de venda	(1.133)	(624)
Despesa de propaganda e publicidade	(2.499)	(1.701)
Garantias comerciais	(1.065)	(1.390)
Serviços prestados por terceiros	(9.242)	(4.273)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	1.901	353
Provisão para perdas de garantias	-	(6)
Outras	(4.972)	(5.032)
	(52.198)	(51.045)

27. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Pessoal	(38.472)	(38.449)
Aluguéis	(2.557)	(2.189)
Serviços prestados por terceiros	(1.667)	(2.690)
Repasse ao Centro de Serviços Compartilhados (i)	(12.299)	(11.901)
Limpeza e vigilância	(7.009)	(6.359)
Depreciação e amortização	(11.741)	(10.763)
Viagens e hospedagens	(2.219)	(1.609)
Tecnologia da informação	(915)	(812)
Comunicação	(1.065)	(1.115)
Despesas indedutíveis	(578)	(562)
Impostos, taxas e contribuições	(1.011)	(1.004)
Combustível	(1.576)	(1.366)
Energia elétrica	(1.552)	(1.513)
Outras	(6.454)	(5.283)
	(89.115)	(85.615)

(i) O Grupo ao qual a Companhia pertence possui um Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), responsável pelo gerenciamento de determinadas atividades operacionais para as Companhia s pertencentes ao Grupo (Contabilidade, Jurídico, Tecnologia da Informação, entre outros). A variação registrada no período se refere ao aumento nas operações da Companhia , uma vez que as despesas geradas pelas atividades efetuadas pelo CSC são controladas por meio da "volumetria" (volume de atividades efetuadas).

28. Outras receitas, líquidas

	2023	2022
Recuperação de despesas	537	550
Recuperação de garantia/revisão	102	1
Recuperação de créditos tributários	4.853	-
Resultado na alienação de bens e intangíveis	454	855
Outras receitas	1.486	2.410
	7.432	3.816

29. Resultado financeiro

	2023	2022
Receita financeira		
Receita financeira de títulos e valores mobiliários (i)	21.062	13.410
Variação monetária ativa (ii)	10.080	24.071
Valor justo sobre *hedge accounting*	1.002	2.105
Outras receitas financeiras (iv)	7.574	4.069
Total da receita financeira	**39.718**	**43.655**
Despesa financeira		
Empréstimo bancários	(5.417)	(8.960)
Variação monetária passiva (ii)	(9.766)	(30.200)
Despesas com taxas nos recebimentos em cartão de débito e crédito (iii)	(1.389)	(1.580)
Despesas com juros passivos	(126)	(308)
IOF - Imposto sobre operação financeira	(2)	(164)
Encargos sobre arrendamento	(1.805)	(1.997)
Valor justo sobre *hedge accounting*	(1.676)	(1.113)
Outras despesas financeiras (iv)	(17.824)	(7.169)
Total da despesa financeira	**(38.005)**	**(51.491)**
Resultado financeiro	**1.713**	**(7.836)**

(i) As receitas financeiras sobre títulos e valores mobiliários e caixa e equivalentes de caixa são compostas pelos resultados das aplicações em CDBs, fundos e compromissadas/debêntures. (ii) As despesas com variação monetária ativa e passiva referem-se substancialmente a variação cambial dos empréstimos tomado em Euro e operação de *swap*. (iii) Referem-se a cobranças de percentuais sobre o valor de operação, sendo que estes podem variar de acordo com a bandeira utilizada. (iv) Os valores de outras receitas e despesas financeiras são compostos, substancialmente, por juros, multas, descontos, atualização monetária (Selic).

30. Partes relacionadas

a. Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2023

	Ativo							Passivo
Empresa credora / devedora	Contas a receber de clientes (Nota 9) (i)	Avisos de lançamentos (ii)	Adiantamento a fornecedores	Mútuo financeiro	Fornecedores (Nota 19) (iii)	Aviso de lançamentos (ii)	Adiantamento de clientes (Nota 10)	Dividendos a pagar
Banco Rodobens S.A.	9.360	1	24	-	19	-	91	-
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	443	11	95	-	-	644	2	29.653
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	1.334	-	-	-	5	-	1	-
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	172	-	-	-	-	-	2	-
Rodobens S.A	-	-	-	-	-	25	-	23.759
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	4.338	145	-	3.869	80	18	4	-
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	449	133	-	-	10	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	171	70	-	24.978	78	-	-	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	2	-	-	-	91	32	5	-
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	485	-	-	-	62	-	47	-
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	151	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais SP S.A.	33.837	220	-	-	4.474	24	-	-
Outros	126	-	-	-	212	-	1	1.011
	50.717	580	119	28.847	5.182	743	153	54.423

2022

	Ativo							Passivo
Empresa credora / devedora	Contas a receber de clientes (Nota 9) (i)	Avisos de lançamentos (ii)	Adiantamento a fornecedores	Mútuo financeiro (iv)	Fornecedores (Nota 19) (iii)	Aviso de lançamentos (ii)	Adiantamento de clientes (Nota 10)	Dividendos a pagar
Banco Rodobens S.A.	6.115	-	-	-	124	1	162	8.919
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	155	-	-	-	-	588	-	11.132
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	282	-	-	-	-	-	1	-
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	155	-	-	-	-	-	2	-
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	730	145	-	3.423	655	19	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	93	127	-	-	1.040	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	2.521	86	2.397	21.964	2.409	-	-	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	12	-	-	-	38	28	5	-
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	144	-	-	-	64	-	1	
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	144	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais SP S.A.	10.079	264	-	-	2.115	26	-	-
Outros	303	3	-	-	280	-	2	522
	20.589	625	2.397	25.387	6.869	662	173	20.573

(i) Refere-se a contas a receber relacionada a prestações de serviços e vendas a partes relacionadas, sem objetivos de lucros. (ii) Os saldos ativos e passivos referem-se a valores a receber e pagar de empresas ligadas relativas a reembolso de despesas entre as empresas do Grupo. (iii) Refere-se a contas a pagar relacionada a obtenção de serviços, compras de veículos e aluguéis com partes relacionadas, sem objetivos de lucros. (iv) Refere-se a empréstimos obtidos de partes relacionadas indexados de 100% a 100,5% do CDI.

continua...

...continuação

RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A. - CNPJ nº 59.970.624/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

b. Transações com partes relacionadas

Venda de produtos e serviços	2023	2022
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	33	82
Rodobens Veículos Comerciais SP S.A.	83.252	55.106
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	8.034	4.205
HRB Comércio de Veículos Ltda.	-	1
Banco Rodobens S.A.	44.913	15.933
Rio Diesel Veículos e Pecas S.A.	-	2
BrQualy Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	25	33
BrQualy Administradora de Consórcio Ltda.	-	145
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	2.426	3.793
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	7.847	5.357
Rodobens Corporativa S.A.	-	13
Rodobens Locadora de Veículos Ltda.	519	5.043
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	4.850	3.891
Rodobens Automóveis Rio Preto Ltda.	13	67
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	978	1.046
R.N.D. Marketplace Ltda.	-	177
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	1.992	1.608
Rodobens Transp Adm Corr de Seguros	-	1
Rodobens Beneficios Corretora de Seguros	9	30
DM Motors do Brasil Ltda.	120	120
Outros	9	7
	155.020	96.660

Compra de produtos e serviços	2023	2022
Rodobens Veículos Comerciais SP S.A.	28.712	52.913
Rodobens Administradora de Consórcio Ltda.	14.292	23.102
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	2.111	3.448
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	4.270	2.114
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	9.484	5.680
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	-	1.718
Rodobens Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	5
Rodobens Comunicação Empresarial Ltda.	1	64
Rodobens S.A.	236	37

,,,continuação

Compra de produtos e serviços	2023	2022
Rodobens Locadora de Veículos Ltda	375	809
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda.	-	31
Rodobens Administração e Corretagem de Previdência Privada Ltda.	-	98
Portobens Administradora de Consórcio Ltda.	128	69
Rodobens Beneficios Corretora de Seguros Ltda.	-	13
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	820	804
Banco Rodobens S.A.	306	-
Casa Bela Locação de Imóveis e Participações Ltda.	-	462
Verdade Locação de Imóveis Ltda.	-	1.171
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	78	329
Verhaw Locacao de equipamentos de Informática	1.148	1.446
R.N.D Marketplace Ltda.	1.497	97
Outros	18	9
	63.476	94.419

Resultado financeiro	2023	2022
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	447	421
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	2.865	1.389
Rodobens Veículos Comerciais Pernambuco Ltda.	-	51
	3.312	1.861

As despesas e receitas financeiras são provenientes dos contratos de mútuo remunerados a 100% do CDI.

c. Remuneração do pessoal chave da Administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Benefícios de curto prazo

	2023	2022
Salários, bônus e outras gratificações	581	535
Participação nos Lucros	486	643
Benefícios	5	5
Encargos trabalhistas	138	129
Outros	263	162
	1.474	1.474

Benefícios de longo prazo: A Companhia possui benefícios de longo prazo relacionados a metas executivas para o triênio 2022-2024 (ILP – Incentivo de longo prazo), a serem pagos entre os anos de 2025 e 2026. Os benefícios provisionados em dezembro de 2023 perfazem o montante de R$ 636 (Em dezembro de 2022 - R$ 583). A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

31. Compromissos assumidos: A Companhia mantém contratos firmados junto à montadora, para concessão de vendas de veículos comerciais da marca Mercedes-Benz, por prazo indeterminado. Adicionalmente, também possui contratos de aluguéis dos prédios nos quais são localizadas as concessionárias de veículos com vigências que variam de 1 a 10 anos (Nota 18).

32. Cobertura de seguros: A Companhia mantém contratos de seguros cuja cobertura é adequada na opinião da administração para cobrir riscos com a frota e riscos prediais, com cobertura de roubo, incêndio, entre outros riscos, com valores compatíveis com os riscos envolvidos.

33. Outras divulgações sobre fluxos de caixa

	Empréstimos	Mútuo financeiro (passivo)	Instrumentos financeiros derivativos	Passivo de arrendamento	Caixa e equivalentes	Mútuo financeiro (ativo)	Dívida líquida
Dívida líquida em 1° de janeiro de 2022	127.437	-	(12.326)	19.325	(20.045)	(25.336)	89.055
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Captações/Recebimentos	30.000	-	1.803	-	-	(10.000)	21.803
Pagamento de principal	(58.074)	-	-	(4.651)	-	11.817	(50.908)
Pagamento de juros	(7.799)	-	-	(1.997)	-	-	(9.796)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	(29.010)	-	(29.010)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Atualização monetária	-	-	-	6.508	-	-	6.508
Provisão de juros	9.040	-	14.098	1.997	-	(1.868)	23.267
Renovação de contratos	-	-	-	839	-	-	839
Variação cambial	(9.377)	-	-	-	-	-	(9.377)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	**91.227**	-	**3.575**	**22.021**	**(49.055)**	**(25.387)**	**42.381**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa							
Pagamento de principal	(59.600)	-	-	(5.715)	-	-	(65.315)
Pagamento de juros	(8.438)	-	-	(1.805)	-	-	(10.243)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	14.401	-	14.401
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa							
Atualização monetária	-	-	-	1.081	-	-	1.081
Provisão de juros	5.491	-	-	1.805	-	(3.460)	3.836
Renovação de contratos	-	-	-	233	-	-	233
Variação cambial	(477)	-	(273)	-	-	-	(750)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**28.203**	-	**3.302**	**17.620**	**(34.654)**	**(28.847)**	**(14.376)**

A DIRETORIA

Libano Miranda Barroso - Diretor Presidente

Ademir Odoricio - Diretor Geral

CONTADOR

Ricardo da Mata Silva Guerreiro - CRC/SP - 276.010/0-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. - São José do Rio Preto – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto – SP, 08 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

ESPORTES

Tanabi negocia zagueiro da Copinha com Palmeiras

Vinicius LIMA
redacao@dhoje.com.br

O zagueiro Heliberto Sampaio, de 19 anos, que disputou a Copa São Paulo de Futebol Júnior de 2024 pelo Tanabi, assinou contrato para integrar a equipe Sub-20 do Palmeiras. Segundo a divulgação do clube da região, o defensor também chegou a ser sondado pelo São Paulo antes de fechar com o alviverde da capital.

Revelado pelo Tanabi Esporte Clube durante a Copa São Paulo de Futebol Junior deste ano, o zagueiro Heliberto Sampaio assinou na última sexta-feira, 12 de abril, contrato com a Sociedade Esportiva Palmeiras, para integrar a equipe sub-20. Se destacando na Copinha, Heliberto foi sondado por outro grande clube paulista, como o São Paulo, mas a negociação foi finalizada com o Palmeiras.

Heliberto foi peça chave no desempenho do Índio da Noroeste na campanha da Copinha, onde o clube conquistou duas vitórias e dois empates, com apenas dois gols sofridos na competição. Para o diretor executivo do Tanabi, Amin Júnior, a negociação foi fruto da melhor edição de Copa São Paulo para o clube.

"Foi sem dúvida a melhor das quatro edições que participamos e ainda estamos concretizando negociações. Seguimos trabalhando para colocarmos cada vez mais atletas nos grandes clubes do cenário nacional", afirmou.

"Pra mim o período no Tanabi Esporte Clube foi de muita experiência, um período em que eu abracei a oportunidade por ser meu primeiro clube. E eu vi na Copinha uma grande vitrine para minha carreira", afirmou Heliberto.

Para o zagueiro, a oportunidade de estar no Sub-20 do Palmeiras é um sonho. "Eu vejo a nova fase da minha carreira como sonho, como uma grande oportunidade de eu ganhar mais visibilidade na minha carreira e estar conseguindo um espaço no futebol brasileiro", comentou o defensor.

Os clubes não divulgaram os valores referente às negociações ou dos direitos econômicos do atleta.

Divulgação

O zagueiro Heliberto Sampaio, de 19 anos

FUTEBOL FEMININO

Realidade Jovem fica no empate na estreia da A3

Andrey Queiroz

Realidade Jovem fica no empate na estreia da A3 do Brasileiro

Vinicius LIMA

O Realidade Jovem estreou na Série A3 do Campeonato Brasileiro Feminino neste fim de semana com um empate em 2 a 2 contra o Pinda no Teixeirão. O confronto foi válido pelo jogo de ida da primeira fase da competição.

As visitantes saíram na frente com Andreza logo aos 11 minutos do primeiro tempo. A reação rio-pretense veio três minutos depois com a zagueira Amanda Conde deixando tudo igual. Na etapa final, o Realidade Jovem virou o jogo aos 10 minutos com Lorrany.

O time de Rio Preto, porém, não conseguiu segurar a vantagem e sofreu o empate aos 28 minutos em um gol contra de Isabelle.

O jogo da volta será realizado no dia 28 de abril (domingo). A CBF ainda não confirmou o local da partida. Quem vencer, avança para as oitavas de final do Brasileiro. Em caso de novo empate, a decisão vai para os pênaltis.

A Série A3 do Brasileiro Feminino conta com 32 equipes e funciona no formato de mata-mata até a fase final. Os quatro times semifinalistas garantem o acesso para a Série A2 nacional.

ENSINO

Sesi abre cursos gratuitos para a Educação de Jovens e Adultos

Estão abertas as inscrições para cursos gratuitos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecidos pelo Sesi, em parceria com o Senai

Livia OLIVEIRA

Os cursos, tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, têm duração de 12 meses cada, porém, o tempo pode ser reduzido, dependendo do desempenho do aluno e de sua disponibilidade para as aulas.

Tanto na educação básica quanto na qualificação profissionalizante, 80% das atividades dos cursos são desenvolvidas no formato de educação a distância (EaD), numa plataforma virtual que pode ser acessada 24h por dia, no horário de escolha do aluno. Os 20% restantes se desenvolverão em encontros presenciais, para a realização de diferentes atividades conjuntas. Os alunos devem ter pelo menos 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para ingressar no ensino médio.

Com a "Nova EJA", é possível concluir os ensinos fundamental e médio, enquanto o "EJA Profissionalizante" permite a certificação profissional do aluno em qualquer um dos seguintes cursos:

-Almoxarife
-Assistente de RH
-Assistente de controle de qualidade
-Controlador e programador de produção
-Costureiro sob medida
-Desenhista de moda
-Inspetor de Qualidade
-Operador de computador

Como se inscrever

Aos interessados é necessário:

-RG
-CPF
-Comprovante de endereço
-Comprovante de escolaridade (histórico escolar e/ou atestados de eliminação)
-Certidão de casamento, quando tiver ocorrido mudança no nome de solteiro
-foto 3x4.

A inscrição dever ser feita através do site https://inscricaonovaeja.sesisp.org.br/ até o dia 26 de abril.

Divulgação

Sesi abre cursos gratuitos para a Educação de Jovens e Adultos

SOCIAL

Golpe de mestre

"Muitas pessoas perdem as pequenas alegrias enquanto aguardam a grande felicidade"

Coquetel de inauguração

Estou sendo convidado pelo Grupo Molecaggio para o coquetel de inauguração de sua nova unidade, a "Molecaggio Pizza Bar", nesta quarta-feira, dia 17, a partir das 19 horas, na Ideal Life Ecolazer Residence, São José do Rio Preto. Em primeira-mão uma casa com projeto arquitetônico inovador e cardápiuo composto por entradas, porções, lanches, saladas, pratos quentes, sobremesas e as deliciosas pizzas. A casa vem com selo "Especialista em Chopp Brahma, Bar de drinks e uma carta de vinhos elaborada pelo chef Elias Herreira. Música ao vivo, Espaço Kids e estacionamento. Merci pelo convite!

Fique sabendo...

Considerado um dos eventos mais esperados do calendário do LIDE Noroeste Paulista, o jantar-debate internacional deste ano será realizado nesta quinta-feira, dia 18 de abril, a partir das 19 horas, na sede da AJORESP - Associação dos Joalheiros e Relojoeiros do Noroeste Paulista, em Rio Preto. E, dessa vez, os filiados terão a oportunidade de entender melhor as possibilidades de acordos comerciais com mais um importante pais asiático. Para isso, estarão presentes a cônsul-geral da Índia em São Paulo, Manisha Swami, e o CEO da Câmara de Comércio Índia-Brasil, Leonardo Ananda.

A elegância de Paula Vaccari e marido o cantor Cristiano, da dupla com Zé Neto, depois do showzaço curtindo a luxuosa festa de casamento de Laura Magri de Melo e Gabriel de Freitas, no Villa Conte Buffet, sábado passado, fotografados por Luizinho Bueno

A mais nova estrela

Na mais recente ascensão do futebol americano, um nome brasileiro está se destacando. Ester Alencar, a renomada treinadora de quarterbacks do Rio Preto Weilers, em Rio Preto, foi anunciada como uma das finalistas no Programa Nacional de Coaches da NFL Academy. Agora, os olhos do mundo esportivo estão voltados para esta jovem treinadora. Sua jornada até aqui foi marcada por dedicação e paixão pelo esporte. Será que estamos diante de uma futura estrela nos campos da NFL? Só o tempo dirá.

Os empresários e sócios Fausto Milani Machado e Marcus Lyra realizaram a grande festa universitária da temporada, "Junta Turmas", na Chácara Viva 5 - Espaço Brilhante. Foi sucesso total!

Em Rio Preto

A comunidade da Capoeira se prepara para um evento histórico em Rio Preto, o AFA – AMA FIGHT ART, competição de Capoeira de alto nível, que acontecerá de 3 a 5 de maio no Clube dos Amigos dos Deficientes. Organizado pelo Mestrando Cancão, esta será a primeira versão do campeonato para atletas de alto rendimento.

Luizinho Bueno, colunista, com o cantor João Bosco, que faz dupla com Vinícius, em casamento badalado sábado passado no Villa Conte Buffet

É a primeira vez

Famosa nas redes sociais e na televisão, com milhões de seguidores, "GUE OLIVEIRA" esteve ontem em Rio Preto, para ministrar um grande workshop aos cabeleireiros da LA` BRIZZA Cosmetics, do empresário Suélio Ribeiro. Gue Oliveira falou sobre redes sociais, marketing, gestão de negócios, dentre outros assuntos.

Feijoada no Rotary Club

No próximo dia 21 de abril, das 10h30 às 14 horas, no sistema drive thru, o Rotary Club São José do Rio Preto – Palácio das Águas, realiza a 20ª edição da maravilhosa FEIJOADA 100% BENEFICENTE. O lucro será revertido para a Paróquia São Judas Tadeu, na sua Festa das Nações, que será no mês de maio. Kit Feijoada completa, com arroz branco, pururuca, farofa, vinagrete e 2 laranjas, serve até 2 pessoas no valor de R$ 80 reais. Vamos ajudar a Paróquia São Judas Tadeu!

O cantor Carreiro, que faz dupla com Capataz, ao lado de sua elegante morenaça no casamento Laura Magri e Gabriel, sábado passado no Villa Conte Buffet, fotografados por Luizinho Bueno

Empresário na feira

O despachante aduaneiro, Márcio Marcassa Jr, e sua sócia Aline Marcassa, da Rio Port, de Rio Preto participaram semana passada dda 28ª edição da Intermodal South America, tradicional evento que reúne profissionais e empresas de diversas partes do mundo para discutir as tendências de uma das atividades mais estratégicas da atualidade. A feira agita o São Paulo Expo, onde mais de 500 marcas expositoras, de 15 países, estiveram reunidas.

DETALHES NÃO TÃO PEQUENOS

O LUXUOSO CASAMENTO de Laura Magri de Melo e Gabriel de Freitas, sábado passado, no Villa Conte Buffet, foi recheado de celebridades cantores, entre eles, estavam Zé Neto & Cristiano, Guilherme & Santiago, Carreiro & Capataz, João Bosco, que faz dupla com Vinícius, Ricardo Vançan e Bruno Cesar & Rodrigo, a dupka é conhecida por suas composições de sucesso que alcançaram todo o Brasil. O papai da noiva, Edmar Gomes de Melo é o empresário da famosa dupla sertaneja Zé Neto & Cristiano.

COQUETEL SUNSET. O Restaurante Jangada foi palco do tão aguardado coquetel de lançamento do "Sunset Aquarela 2024" Idealizado pela empresária Thays Sotini e amigas e abraçado por 34 embaixadoras, este evento beneficente tem um propósito nobre: arrecadar fundos para a ampliação do "Projeto Aquarela do Centro Social Estoril". O coquetel de lançamento foi apenas o primeiro passo para o evento "Sunset Folia" que acontecerá em maio.

Carla Lemos e Anselmo Assumpção em noite de aniversário no restaurante Flor de Sal na Redentora. Foto de Luizinho Bueno

Parceria e sucesso

O empresário Marcelo Lorencin, o todo poderoso da Shift, selou a parceria com o Senac, durante Café da Manhã que contou com a presença do gerente da unidade, Murillo Michel, e de diversas autoridades, como o prefeito Edinho Araújo e o vice, Orlando Bolçone. O foco é formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, utilizado a plataforma de gestão da Shift. Muito bacana essa parceria!

Olhando para cima

Após completar 25 anos de excelência no mercado imobiliário, o Grupo Emais, por meio da Emais Residências, apresenta ao mercado uma relevante notícia dentro da estratégia de expansão da companhia: a entrada no ramo de incorporação. A nova fase da empresa se materializa com o lançamento do Ecoviva Vista Bela, residencial com apartamentos que oferecerão o conforto de dois quartos, sacada e a conveniência de até duas vagas na garagem. Com a maior metragem do programa "Minha Casa, Minha Vida", o Ecoviva Vista Bela terá automação residencial, parque de geração de energia solar, árvore fotovoltaica na frente do condomínio para levar energia às áreas comuns e outras soluções sustentáveis projetadas para elevar a qualidade de vida, respeitar o meio ambiente e incentivar práticas ecológicas.

Que bacana!

Em turnê solo pelo Brasil, o humorista Thiago Ventura tem apresentação confirmada para Rio Preto, no próximo dia 5 de maio. O espetáculo será no Teatro Paulo Moura, a partir das 20h, em sesaão única.

Editais & Publicidade Legal

O conteúdo completo desta edição encontra-se gratuitamente disponível no endereço eletônico: **https://jornaldhoje.com.br/edicao_impressa** e pelo **QR Code acima**

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
COMUNICADO
Contrato: PRE/0104/22- Pregão Eletrônico nº 215/2022
Contratada: ARK AMBIENTAL, CONSTRUÇÃO E FACILITES LTDA
Fica a empresa ARK AMBIENTAL, CONSTRUÇÃO E FACILITES LTDA notificada para atendimento ao Ofício 35/2024 – Coordenadoria de Gestão de Contratos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação. Fica desde já concedido 05 (cinco) dias úteis para a empresa, em querendo, apresentar o contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais, tendo em vista a possibilidade de, não sendo regularizadas as pendências, ficar a empresa sujeita às penalidades legais e contratuais. Rosângela Corrado Victor – Coordenadoria de Gestão de Contratos – Jose Fabio Gazzola Heredia – S.M. ADMINISTRAÇÃO.

COMUNICADO – Notificação. Contratada: MMH Med Comércio de Produtos Hospitalares Ltda ME – Empenho 4911/24. Notifico o representante legal da contratada, para entregar no prazo de 03 dias úteis, impreterivelmente, a contar do recebimento desta, a totalidade do empenho em epígrafe. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO – Notificação Derradeira. Contratada: MD Farma Distribuidor Atacadista Ltda – Empenho 5246/24. Contratada: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda – Empenho 3742/24. Contratada: Geração 3 Distribuidora de Papéis Ltda ME – Empenhos 6225/24 e 6235/24. Notifico derradeiramente os representantes legais das contratadas, para entregarem no prazo de 03 dias úteis, impreterivelmente, a contar do recebimento desta, a totalidade dos empenhos em epígrafe. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO – Notificação. Contratada: Dinatec Peças e Serviços Ltda – Empenho 7512/24. Considerando informações prestadas pelo departamento responsável. Considerando previsão no Termo de Referência. Fica a empresa NOTIFICADA a REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO E PRESTAR ESCLARECIMENTOS no prazo de 24 horas, impreterivelmente, a contar do recebimento desta. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo, apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

DESPACHO. Despacho De Dispensa e Ratificação (art. 72 LF 14.133/21). Dispensa de licitação nº 07/24 - Contratada: Empro Tecnologia e Informação. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados em informática e correlatos para Secretaria de Planejamento. Art.75, IX, da LF. 14.133/21. SMPECTI – Orlando J. Bolçone

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0271/24 – Contratada: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 4 - R$16,000; Item 7 - R$0,044; Item 25 - R$4,940– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0272/24 – Contratada: Soma/Sp Produtos Hospitalares Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 1 - R$3,990; Item 12 - R$1,350– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0273/24 – Contratada: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Medico Hospitalares S/A - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 30 - R$0,025; Item 33 - R$6,332– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0274/24 – Contratada: Portal Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 5- R$1,839– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0275/24 – Contratada: Vier Pharma Distribuidora Hospitalar Repre. e Consul Ltda Epp - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 8- R$7,530– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0276/24 – Contratada: Inovamed Hospitalar Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 20- R$0,149– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 8/2024 - ATA nº 0277/24 – Contratada: W. A Medicamentos Soluções em Saúde Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 6- R$0,028– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0278/24 – Contratada: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 12- R$2,856– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0279/24 – Contratada: Antibióticos do Brasil Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 10- R$8,990– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0280/24 – Contratada: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valor Unitário – Item 24- R$0,070– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0281/24 – Contratada: Aglon Comercio e Representações Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 1- R$0,220; Item 28- R$1,799– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0282/24 – Contratada: Portal Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 3- R$0,294; Item 15- R$0,223– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0283/24 – Contratada: Soma/Sp Produtos Hospitalares Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 20- R$0,690; Item 25- R$0,730– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0284/24 – Contratada: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 2- R$0,110; Item 14- R$2,290– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 18/2024 - ATA nº 0285/24 – Contratada: Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos/ insumos REMUME –Valores Unitários – Item 4- R$5,950; Item 8- R$0,180; Item 18- R$2,500– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 646/2023 - ATA nº 0286/24 – Contratada: Hospilar Com. de Material Médico Hospitalar Ltda - Objeto: Fornecimento de fraldas, absorventes e insumos –Valores Unitários – Item 4- R$1,98; Item 5- R$2,33– SMS - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 704/2023 - ATA nº 0287/24 – Contratada: Fortis Textil Ltda - Objeto: Fornecimento de uniformes escolares –Lote 1 - Valores Unitários – Item 1- R$18,76; Item 2- R$17,71; Item 3 -R$10,01– SME – Fabiana Zanquetta de Azevedo- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico Nº 614/2023 - CONTRATO nº PRE/0030/24; CONTRATADA: Laboratório B. Braun S/A – OBJETO: Aquisição de caixa de instrumentais cirúrgicos – Item 1 – SMS – Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$206.137,00

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 646/2023 - ATA nº 0288/24 – Contratada: Force Medical Ind. e Distribuidora Ltda - Objeto: Fornecimento de fraldas, absorventes e insumos – Valores Unitários – Item 2- R$2,20; Item 8- R$1,55; Item 10 -R$1,85; Item 12 -R$1,85; Item 14 -R$2,70; Item 16 -R$2,20; Item 18 – R$2,70; Item 20 – R$1,98; Item 21 – R$2,40; Item 23 – R$2,34; Item 25 – R$0,84; Item 26 – R$1,18; Item 30 – R$1,00; Item 32 – R$2,20; Item 34 – R$4,50– SMS- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 10/2024 - ATA nº 0289/24 – Contratada: Interlab Farmacêutica Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos – Valores Unitários – Item 22- R$3.407,350; Item 28- R$4,000; Item 29 -R$5,180 – SMS- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 10/2024 - ATA nº 0290/24 – Contratada: Techpharma Hospitalar Com. Imp. e Exp. Ltda - Objeto: Fornecimento de medicamentos – Valor Unitário – Item 5- R$29,000 – SMS- Prazo de vigência:12 meses

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
JULGAMENTO
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
JULGAMENTO DE PROPOSTA FINANCEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS VISANDO A EXECUÇÃO DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM AREAS DE DOMINIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO – SEC. MUN. DE OBRAS. DECISÃO: À vista dos autos e do parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Obras que é utilizado como razões de decidir e passa a fazer parte integrante desta decisão, a Comissão Municipal de Licitação decide pela desclassificação das propostas que foram apresentadas pelas empresas: ENGESCAV ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (apresentou proposta com vício insanável, quanto a apresentação da planilha BDI desonerado e ao mesmo tempo, em sua planilha de encargos sociais, a inclusão do percentual de contribuição previdenciária no demonstrativo das leis sociais, tendo em vista que, se a empresa está utilizando um BDI desonerado, em sua planilha de encargos sociais a alíquota 20% da contribuição previdenciária não deve ser apresentada, caracterizando conflito entre as informações da planilha de BDI e a Planilha de Encargos Sociais); OCTON ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA (não atendeu na integra ao disposto nos subitens 6.3.1 cc. 6.3.1.1 do edital) e, CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA (não atendeu ao item 8.2 do edital eis que apresentou proposta cujo valor ultrapassa a estimativa da Administração). Considerando a autorização do Sr. Secretário Municipal de Obras (fls. 576) o qual relata a necessidade da realização da obra/serviço, e tendo em vista que todas as propostas foram desclassificadas neste certame, a Comissão Municipal de Licitação, com fulcro no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8666/93, fixa às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para, em querendo, façam a apresentação de outra proposta financeira (em envelope lacrado) escoimada das causas de sua desclassificação. Ocorrendo o protocolo da proposta até às 17:00 horas do dia 26/abril/2024, será agendada a data para a realização da sessão pública de abertura desse envelope. O inteiro teor desta decisão se acha encartada nos autos do processo à disposição dos interessados. Publique-se para ciência.

LICITAÇÃO - ABERTURA DE LICITAÇÃO - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Acha-se publicado no portal de compras desta prefeitura, https://compras.empro.com.br/WBC6/, o pregão eletrônico nº 93/2024, Processo 1819/2024 objetivando Registro de Preços para aquisição de testes sorológicos para dengue NS1, com concessão de equipamentos que serão utilizados no laboratório municipal de Patologia clínica. Sec. Mun. de Saúde. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia 29/04/2024 às 08h30min e abertura a partir das 08h32 min. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras.

LICITAÇÃO - ABERTURA DE LICITAÇÃO - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Acha-se publicado no portal de compras desta prefeitura, https://compras.empro.com.br/WBC6/, o pregão eletrônico nº 96/2024, Processo 1854/2024 objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza (lavagem) do material sujo, embalagem, selagem, esterilização de materiais e artigos médico-hospitalares, incluindo o transporte de retirada e entrega. Sec. Mun. de Saúde. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia 29/04/2024 às 08h30min e abertura a partir das 08h32 min. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO DE SÃO JPSÉ DO RIO PRETO
A Empresa Municipal de Urbanismo de São José do Rio Preto-SP, torna público, EXTRATO EXTRATO DAS SESSÕES:
SESSÃO Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024 - Objeto: PERMISSÃO DE USO ONEROSA - BOX TA10 –** medindo **41,00;M2 (Área+Mezanico)** para a para a atividade comercial lícita de **"COMÉRCIO/ ALIMENTAÇÃO" (APÓS AVALIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DA DIRETORIA DA EMURB);** com valor inicial de permissão de uso global de R$ 180.399,60 (60meses) Sessão pública realizada presencialmente dia 15/04/2024. O pregão presencial foi DESERTO uma vez que não houve nenhuma proposta apresentada para o certame. Patricia Aragão Marcello – Pregoeira.

SESSÃO Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2024 -Objeto: PERMISSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, "BOXES" NO PISO SUPERIOR DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA "GOVERNADOR LAUDO NATEL" - CENTRO DE FOMENTO ECONÔMICO, DENOMINADO WALDEMAR ALVES DOS SANTOS – "SHOPPING AZUL", (BOX LJ 04) MEDINDO 3,90 M2, EXCLUSIVA PARA MEI,** para a finalidade/atividade comercial lícita de **ELETRÔNICOS e INFORMATICA ou ARTIGOS DE TABACARIA ou TELEFONIA e INFORMÁTICA ou ASSISTENCIA TÉCNICA ou VESTUÁRIO e CALÇADOS e ACESSORIOS EM GERAL ou COSMÉTICOS E PERFUMARIA OU CHAVEIRO OU BANCA DE JORNAL, REVISTA E PAPELARIA,** com Valor Inicial de Permissão de Uso Global de **R$ 9.233,80 (60 meses).** Sessão pública realizada presencialmente dia 15/04/2024 O pregão presencial foi DESERTO uma vez que não houve nenhuma proposta apresentada para o certame. Patricia Aragão Marcello – Pregoeira.

SESSÃO Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2024 -Objeto: PERMISSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, "BOXES" NO PISO SUPERIOR DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA "GOVERNADOR LAUDO NATEL" - CENTRO DE FOMENTO ECONÔMICO, DENOMINADO WALDEMAR ALVES DOS SANTOS – "SHOPPING AZUL", (BOX LJ 159) MEDINDO 3,90 M2, EXCLUSIVA PARA MEI,** para a finalidade/atividade comercial lícita de **ELETRÔNICOS e INFORMATICA ou ARTIGOS DE TABACARIA ou TELEFONIA e INFORMÁTICA ou ASSISTENCIA TÉCNICA ou VESTUÁRIO e CALÇADOS e ACESSORIOS EM GERAL ou COSMÉTICOS E PERFUMARIA OU CHAVEIRO OU BANCA DE JORNAL, REVISTA E PAPELARIA,** com Valor Inicial de Permissão de Uso Global de **R$ 9.233,80 (60 meses).** Sessão pública realizada presencialmente dia 15/04/2024 O pregão presencial foi DESERTO uma vez que não houve nenhuma proposta apresentada para o certame. Patricia Aragão Marcello – Pregoeira.

SESSÃO Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2024 -Objeto: PERMISSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, "BOXES" NO PISO SUPERIOR DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA "GOVERNADOR LAUDO NATEL" - CENTRO DE FOMENTO ECONÔMICO, DENOMINADO WALDEMAR ALVES DOS SANTOS – "SHOPPING AZUL", (BOX LJ 160) MEDINDO 3,90 M2, EXCLUSIVA PARA MEI,** para a finalidade/atividade comercial lícita de **ELETRÔNICOS e INFORMATICA ou ARTIGOS DE TABACARIA ou TELEFONIA e INFORMÁTICA ou ASSISTENCIA TÉCNICA ou VESTUÁRIO e CALÇADOS e ACESSORIOS EM GERAL ou COSMÉTICOS E PERFUMARIA OU CHAVEIRO OU BANCA DE JORNAL, REVISTA E PAPELARIA,** com Valor Inicial de Permissão de Uso Global de **R$ 9.233,80 (60 meses).** Sessão pública realizada presencialmente dia 15/04/2024 O pregão presencial foi DESERTO uma vez que não houve nenhuma proposta apresentada para o certame. Patricia Aragão Marcello – Pregoeira.
São José do Rio Preto, 15/042024.
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Rodrigo Ildebrando Juliano
Diretor Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PORTARIAS
PORTARIA N.º 38.688 DE 15 DE ABRIL DE 2024
O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto n.º 17.683 de 13 de janeiro de 2017,
1. **Considerando** o disposto na Lei Federal n.º 191, de 08 de março de 2022, que modificou a redação do art. 8º. da Lei Federal n.º 173, de 27 de maio de 2020, permitindo o cômputo do período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, aos servidores da área da saúde e da segurança pública para a aquisição de benefícios atrelados ao tempo de serviço;
2. **Considerando** o teor do parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município exarado no protocolo 2022140960, datado de 19 de maio de 2022, acolhido pelo Procurador Geral do Município e pelo Prefeito Municipal;
3. **Considerando** que a Lei Municipal n.º 14.182 de 08 de junho de 2022, que alterou as Leis Municipais, n.º 3.780 de 13 de julho de 2021 e n.º 14.046 de 02 de dezembro de 2021, assegurou, na forma do §3.º do artigo 8.º, da Lei Federal 173, de 27 de maio de 2020, o cômputo do período de 27/05/2020 a 31/12/2021, para os institutos a que se refere o inciso IX, do art. 8.º da referida Lei Federal n. 173/2020, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2022;
Resolve CONCEDER, a(o) servidor(a) abaixo relacionado(a), **prêmio por assiduidade**, conforme Lei Complementar n.º 05/90, artigo 119, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 147 de 14/05/2002 e artigo 4º da Lei Complementar nº 609/2019, nos termos do Decreto nº 18.621 de 23 de junho de 2020:
LIVIA JERICO LUSUARDI, PEB-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 01/03/2024 e que deverá ser usufruído dentro do período concessivo de 02/03/2024 a 01/03/2029.

PORTARIA N.º 933, DE 15 DE ABRIL DE 2024
DESIGNA, os(as) servidores(as) **NEIVA MIURA WAGNER, ANDREIA CRISTINA SOLER E SILVÉRIA DE OLIVEIRA LEITE,** para sob a **Presidência do(a) Primeiro(a)**, constituírem **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, para apuração dos fatos relatados no Interno nº 088/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 934, DE 15 DE ABRIL DE 2024
DESIGNA, os(as) servidores(as) **NEIVA MIURA WAGNER, HIONE MARIA SOARES E SILVÉRIA DE OLIVEIRA LEITE,** para sob a **Presidência do(a) Primeiro(a)**, constituírem **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, para apuração dos fatos relatados no Interno nº 087/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 935, DE 15 DE ABRIL DE 2024
DESIGNA, os(as) servidores(as) **NEIVA MIURA WAGNER, SILVÉRIA DE OLIVEIRA LEITE E VALÉRIA CRISTINA LEMOS SENO,** para sob a **Presidência do(a) Primeiro(a)**, constituírem **COMISSÃO**

DE SINDICÂNCIA, para apuração dos fatos relatados no Interno nº 105/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 936, DE 15 DE ABRIL DE 2024

DESIGNA, os(as) servidores(as) **NEIVA MIURA WAGNER, ANDREIA CRISTINA SOLER E SILVÉRIA DE OLIVEIRA LEITE**, para sob a **Presidência do(a) Primeiro(a)**, constituírem **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, para apuração dos fatos relatados no Interno nº 104/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

DESIGNA, os(as) servidores(as) **NEIVA MIURA WAGNER, ANDREIA CRISTINA SOLER E SILVÉRIA DE OLIVEIRA LEITE**, para sob a **Presidência do(a) Primeiro(a)**, constituírem **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, para apuração dos fatos relatados no Interno nº 109/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA N.º 1.138 DE 15 DE ABRIL DE 2024

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO em face das informações contidas no INTERNO Nº 110/2024 – SMA – Coordenadoria de Gestão de Pessoas. O inteiro teor desta Portaria encontra-se a disposição das partes envolvidas.

PORTARIA N.º 1.139 DE 15 DE ABRIL DE 2024

DESIGNA, os(as) servidores(as) **Rosemeire Rodrigues Costa Macedo, Diego Ferreira Paulo e Maria Carolina Paschoalão Cheiddi,** para, sob a presidência do(a) primeiro(a), comporem a E. Comissão Processante, garantido o contraditório e ampla defesa, a fim de que, tendo em vista as intercorrências narradas no Interno nº 103/2024 da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que segue anexo, o servidor público municipal **ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES**, responda como incurso nas penas atribuídas à violação dos teria infringido os incisos I, II e III do artigo 204; incisos XI e XVIII do artigo 205 e incisos XIII do artigo 220, todos da Lei Complementar n.º 05/90; O inteiro teor desta Portaria encontra-se a disposição do servidor (a) público (a) municipal.

JOSÉ FÁBIO GAZZOLA HEREDIA
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 14.556
DE 11 DE ABRIL DE 2024.

Retifica a ementa e o artigo 1º da Lei nº 14.171, de 11 de maio de 2022.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam retificados, a ementa e o artigo 1º, todos da Lei nº 14.171, de 11 de maio de 2022, para que, onde se lê: "**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SÃO PAULO**"; leia-se: "**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 11 de maio de 2024.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO

Registrada no Livro de Leis e, em seguida publicada por afixação na mesma data e local de costume e, pela Imprensa Local.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - RIOPRETOPREV

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA– CONTRATAÇÃO DIRETA – Nº 04/2024

(Processo Administrativo nº 1106.00624/2024.60)

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto, torna público aos interessados que a autarquia municipal pretende realizar **Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento "menor preço", na hipótese do art. 75, inciso II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 19.415, de 17 de março de 2023 e da Instrução Normativa nº 73, de 20 de maio de 2023:

Data da sessão: 19/04/2024

Link para informações e acesso à sessão: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/23636

Manual e forma de envio das propostas, vide campo > ajuda do sistema (https://licitardigital.tawk.help/article/passo-a-passo-para-o-envio-de-proposta)

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00 – Horário de Brasília

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: Contratação de pessoa jurídica especializada, autorizada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), sendo que o responsável técnico deve ser um diretor estatutário também devidamente registrado na CVM como consultor de valores mobiliários, com a **finalidade da prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro e investimentos**, capacitada a realizar diagnósticos da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos e da política de gestão de riscos, promover a geração de relatórios gerenciais e de divulgação por meio de **plataforma WEB própria**, além de realizar **treinamento e capacitação** aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, conforme detalhado no item 4.1 do termo de referência.

São José do Rio Preto, data da assinatura digital.

(Assinatura digital no dia 15/04/2024)

Jair Moretti
Diretor Superintendente

Aviso/Edital nº 05/2024 - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 06/2019 – RIOPRETOPREV

FICA o (a) candidato (a) abaixo citado (a), habilitado (a) no **CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 06/2019 – RIOPRETOPREV**, para preenchimento do cargo de Agente Previdenciário**, cientificado** (a) que terá **30 (trinta) dias corridos**, a partir da publicação deste edital, para apresentar toda documentação exigida, conforme relação de documentos adiante elencados, de forma que a Administração Pública possa examinar a prova do preenchimento das condições e realizar posterior nomeação. **Se o (a) candidato (a) não protocolar toda a documentação exigida e não comparecer no Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto para validação dos documentos protocolados dentro do prazo indicado, decairá do direito à nomeação.**

AGENTE PREVIDENCIÁRIO – LC 695/2022

Clas.	Nome
17	**ANDREA MELINA GARCIA**

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL NOMEAÇÃO CONCURSO - EDITAL 06/2019 (Protocolar digitalmente os documentos digitalizados (em PDF pesquisável) e trazer originais para atestar a autenticidade):

1) 01 (uma) foto 3x4 recente;

2) Carteira de Identidade – R.G. - Não será aceita a CNH;

3) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

4) Comprovante de endereço;

5) Carteira Profissional – das páginas onde constam a foto, os dados pessoais, os Contratos de Trabalho, Contribuição Sindical, FGTS e Anotações Gerais, sempre digitalizando a próxima folha em branco ***(de todas as Carteiras de Trabalho)*** *e* ***Declarações de órgãos públicos*** *(ref. Registros de Trabalho exercidos anteriormente, se houver);*

6) PIS/PASEP - Encaminhar-se à ***Caixa Econômica Federal*** *e ao* ***Banco do Brasil****, portando a Carteira de Trabalho; solicitar que sejam feitas as* ***pesquisas do PIS e do PASEP atualizadas (protocolar a digitalização em PDF dos documentos que serão fornecidos pelos dois bancos, mesmo não constando número de inscrição);***

7) Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo site: tse.jus.br;

8) Certificado de Reservista (documento digitalizado em PDF pesquisável);

9) Documento comprobatório do estado civil (documento digitalizado em PDF pesquisável);

10) Protocolar arquivo digital em PDF da consulta efetuada no site do e-Social: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml e caso conste pendência no resultado da consulta (campo "mensagem") esta deve ser sanada, conforme campo "orientação", até a entrega da documentação.

11) Certidão de Nascimento ou R.G. dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade;

12) Carteira de vacinação de filhos menores de 14 anos;

13) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício do cargo, elencados no Edital Normativo;

14) Protocolar o arquivo digital em PDF da pesquisa por ***nome e número de PIS/PASEP*** *efetuada no site do Tribunal de Contas (tce.sp.gov.br/siscaanet) para a verificação de acúmulos.* ***Os cargos, empregos e funções públicas anteriores que não estiverem ativos*** *e que não constem a data da Demissão/Exoneração nas respectivas pesquisas, protocolar a digitalização em PDF da publicação da exoneração ou a baixa na Carteira de Trabalho;*

15) Declarações (redigidas de próprio punho ou digitadas e digitalizadas em PDF pesquisável) com a devida qualificação pessoal (Nome, RG, CPF e endereço) e declarando sob as penas da lei:

15-a) Possuir ou não cargo/emprego/função pública, de acordo com a Constituição Federal. Em caso positivo, juntar documentação comprobatória;

15-b) Não ter sido demitido(a) do serviço público Federal, Estadual ou Municipal em consequência de Processo Administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público);

15-c) Bens e Valores que constituem seu patrimônio ou cópia da última Declaração do Imposto de Renda;

15-d) Beneficiário(a) ou não de aposentadoria pública, em caso positivo, trazer comprovante digitalizado em PDF;

15-e) Cidade(s) onde reside e residiu nos últimos 5 (cinco) anos;

16) ***Atestado / Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (âmbitos Estadual e Federal),*** *dos últimos* ***05 (cinco) anos****, expedidas pelos órgãos competentes* ***dos Estados onde reside e residiu*** *no período de abrangência. Em caso positivo, trazer a Certidão de Objeto e pé.*

Obs: Podem ser expedidas via Internet: ***Estadual****: http://www.ssp.sp.gov.br (demais Estados consultar Secretaria de Segurança Pública);* ***Federal****: http://www.pf.gov.br (caso ocorram problemas na obtenção da Certidão, via Internet, solicitar diretamente no órgão competente).*

17) ***Certidões de Distribuição Criminal*** *dos últimos* ***05 (cinco) anos****, expedidas pelos órgãos competentes da Justiça:* ***Âmbito Estadual - das cidades onde reside e residiu*** *e* ***Âmbito Federal – dos Estados onde reside e residiu*** *no período de abrangência. Em caso positivo, trazer a Certidão de Objeto e pé.*

18) ***Certidões de Distribuição de Processos Cíveis (Primeira e Segunda Instâncias)*** *dos últimos* ***05 (cinco) anos,*** *expedidas pelos órgãos competentes da Justiça:* ***Âmbito Estadual - das cidades onde reside e residiu*** *e* ***Âmbito Federal – dos Estados onde reside e residiu*** *no período de abrangência. Em caso positivo, trazer a Certidão de Objeto e pé.*

Obs: Endereço dos órgãos competentes em ***São José do Rio Preto – SP*** *(se necessário):* ***Estadual****: emissão via internet,* ***em todo Estado de São Paulo,*** *no endereço https:///esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do - Fórum Estadual – Rua Marechal Deodoro, 3036 – Centro.* ***Federal****: emissão via Internet no endereço http://www.jfsp.jus.br - Justiça Federal: Rua dos Radialistas Riopretenses, 1.000 – Chácara Municipal.*

19) Outros documentos que o ***Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto - RioPretoPrev*** *julgar necessários.*

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1) Cada documento deve ser digitalizado em arquivo no formato PDF de forma individualizada, devendo estes serem nomeados de acordo com o número do item solicitado; os documentos com mais de uma página devem ser digitalizados no mesmo arquivo (exemplo da carteira de trabalho), assim como os documentos que possuírem frente e verso.

2) Prazo para protocolo digital da documentação e validação presencial dos documentos se encerra às 17h00min do dia 17/05/2024, conforme cronograma abaixo:

Edital nº 05/2024	Publicado: 16/04/2024	Término: 17/05/2024

3) O atendimento no caso de dúvidas sobre o protocolo digital dos documentos para nomeação e procedimento de validação **será feito somente mediante agendamento prévio pelo servidor Adriano da RIOPRETOPREV,** pelo Telefone **(17) 3222-7445 ou pelo e-mail: rppsassessoriaexecutiva@riopreto.sp.gov.br.**

4) Os documentos deverão ser protocolados por meio do sistema de processo digital da entidade, mediante acesso ao site https://riopretoprev.1doc.com.br/atendimento, opção protocolo. Neste momento, deverá ser realizado o devido cadastramento candidato convocado, por uma das vias possíveis (sugerimos GOV.Br ou certificado digital, por conta da autenticação), caso ainda não tenha cadastro no sistema. Deve ser escolhido o assunto de protocolo **"Entrega da Documentação do Concurso Público nº 06/2019"**. A partir daí o interessado deverá seguir as instruções presentes no sistema de processo digital e realizar o protocolo, juntando todos os documentos individuais em formato ".pdf". Os documentos deverão ser categorizados, conforme opões disponíveis no sistema (correspondente ao número do item). Em caso de erro comprovado na geração do protocolo, os documentos poderão ser enviados no formato ".pdf" por meio de correio eletrônico, através do e-mail: rppsassessoriaexecutiva@riopreto.sp.gov.br.

5) Desde que estejam todos os documentos prontos, poderão ser protocolados digitalmente e autenticados a qualquer momento, dentro do prazo estipulado, observado o agendamento disposto no item anterior.

6) No ato da autenticação da documentação, o candidato efetuará a assinatura do Cartão de Autenticação para comprovação de identidade. Após a entrega da documentação, a RIOPRETOPREV irá agendar perícia médica e poderá solicitar outros documentos complementares.

São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024.

Jair Moretti

Diretor Superintendente

ABERTURA DE LICITAÇÃO - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Acha-se publicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto-SP, https://compras.empro.com.br/, o **Pregão Eletrônico SeMAE nº 27/2024**, **Processo SICOM 364/2024** objetivando a **Contratação de empresa especializada para manutenção de bomba anfíbia HAM-175/345-1, da marca Helibombas. Prazo de execução**: 30 dias. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia **30.04.2024**, às **08h30** e abertura a partir das **08h35**. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras. **S.J.R.P. 10.04.2024 - Fábio Augusto Zambon Furlan - DSA.**

AVISO ÀS LICITANTES - NOVA DATA DE REALIZAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 04/2024 - PROCESSO SICOM 311/2024. Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos de escritório. Tendo em vista alterações promovidas no Edital e seus anexos, fica designado o dia **26.04.**2024 a partir das 08h30 para a realização do pregão. **SJRP, 15.04.2024 - Rafael S. Lopes - Pregoeiro**

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 16/2024 – CHAMADA PÚBLICA 01/2020 –PROC.64/2020 - Contratada: SISPRIME DO BRASIL – COOPERATIVA DE CRÉDITO - Objeto: contratação por credenciamento de instituição financeira para efetuar o recebimento das contas de fornecimento de água, esgotamento sanitário e outros documentos que o SeMAE venha a emitir e autorizar no padrão de guia/convênio de arrecadação da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN. **Valor anual estimado:** R$364.508,64 **Prazo:** até 28.08.2025. **Data da Assinatura:** 03.04.2024 **Nicanor Batista Junior – Superintendente do SeMAE**

EXTRATO DE SESSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024 – PROCESSO SICOM 358/2024

Objeto: **Contratação de empresa para a prestação de serviço de transmissão de Mensagens Curtas de Texto (short Message Service – SMS), compreendendo gerenciamento, transmissão de mensagens de texto para celulares, integração com o sistema da Autarquia e suporte técnico.** Sessão pública realizada online no dia **12.04.2024**, sendo adjudicado o objeto à vencedora **BEST CONEXÃO E DESENVOLVIMENTO LTDA** para o item. A íntegra da sessão está disponível no "Portal de Compras". **Renato Eduardo de Freitas - Pregoeiro – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024 – PROCESSO SICOM 358/2024 "HOMOLOGO** este processo licitatório, por entendê-lo como regular, não vislumbrando qualquer irregularidade." **S.J.R.P, 15.04.2024 – Nicanor Batista Júnior – Superintendente.**

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA

Em obediência ao artigo 5º da Lei 8.666/93, alterado pela Lei 8.883 de 08/06/94, justificamos que o pagamento em questão está sendo efetuado independente de sua ordem cronológica, para dar continuidade aos serviços essenciais desta Autarquia, pois estão presentes relevantes razões de interesse público. **# CREDOR Nº 0388695 – Engescav Engenharia e Construções Ltda.**

Valor: R$ 462.594,83. Motivo: Para que não haja prejuízo na execução de serviços essenciais desta autarquia. Publicada por afixação no local de costume, e pela imprensa local.

São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024.- **Giuliano Cleber Coltro - Diretor Dep. Adm. Financeiro e Pessoal Interino e Nicanor Batista Junior – Superintendente.**

EXTRATO DE PORTARIA 38/2024 – RESOLVE: ART. 1º- Designar a servidora, **RAFAELA SOUZA SCHIAPATI,** matrícula 1058, para responder interinamente pela Diretoria do Departamento de Planejamento e Obras a partir do dia 15/04/2024, enquanto durar ausência do titular. **ART. 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos retroativos a 15/04/2024.

S.J.R. Preto, 15/04/2024 – Nicanor Batista Junior - Superintendente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 15/2024 (Inciso "I" do art. 38 do Decreto Municipal nº 19.611 de 31 de outubro de 2023)

A Secretária de Assistência Social no uso de suas atribuições e competências, apresenta a **Justificativa da Administração Pública para Dispensa do Chamamento Público nº 15/2024-SEMAS,** conforme segue:

A Lei Federal nº 8.742/93, que normatiza a organização da assistência social no art. 6º-B incluído pela Lei Federal nº 12.435 de 2.011 dispõe que "as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação";

O Inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 2.014, incluído pela Lei Federal nº 13.204 de 2.015 dispõe "que a administração pública poderá dispensar a realização de chamamento público, no caso de atividades voltadas a serviços de assistência social desde que previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política";

De acordo com Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

A Instrução Normativa nº 01/2023-SEMAS que disciplina sobre o credenciamento de organizações da sociedade civil, para fins de celebração de Termos de Colaboração ou de Fomento nos termos da Lei Federal nº 13.019/14;

Que será destinado para a Associação Madre Teresa de Calcutá, um **incremento temporário** para o cofinanciamento na natureza Investimento, para a execução dos serviços socioassistenciais, no **valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).**

Mediante o exposto, **JUSTIFICO a Dispensa de Chamamento Público** para celebração de parceria entre a **Secretaria de Assistência Social – SEMAS** e a **Associação Madre Teresa de Calcutá,** para a destinação de **incremento temporário** do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, nacionalmente tipificados prestados pela Organização.

São José do Rio Preto, 04 de abril de 2.024.

HELENA CRISTINA ROZALES DA SILVA MARANGONI
CRESS nº 31.943
Secretária Municipal de Assistência Social
(Republicado para correção do valor)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 08/2024 (Inciso "I" do art. 38 do Decreto Municipal nº 19.611 de 31 de outubro de 2023)

A Secretária de Assistência Social no uso de suas atribuições e competências, apresenta a **Justificativa da Administração Pública para Dispensa do Chamamento Público nº 08/2024-SEMAS,** conforme segue:

A Lei Federal nº 8.742/93, que normatiza a organização da assistência social no art. 6º-B incluído pela Lei Federal nº 12.435 de 2.011 dispõe que "as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação";

O Inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 2.014, incluído pela Lei Federal nº 13.204 de 2.015 dispõe "que a administração pública poderá dispensar a realização de chamamento público, no

caso de atividades voltadas a serviços de assistência social desde que previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política";
De acordo com Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
A Instrução Normativa nº 01/2023-SEMAS que disciplina sobre o credenciamento de organizações da sociedade civil, para fins de celebração de Termos de Colaboração ou de Fomento nos termos da Lei Federal nº 13.019/14;
Que será destinado para a Instituto Valquírias World, um **incremento temporário** para o cofinanciamento na natureza de despesa Custeio, para a execução dos serviços socioassistenciais, no **valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).**
Mediante o exposto, **JUSTIFICO a Dispensa de Chamamento Público** para celebração de parceria entre a **Secretaria de Assistência Social – SEMAS** e o **Instituto Valquírias World,** para a destinação de **incremento temporário** para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, nacionalmente tipificados.
São José do Rio Preto, 04 de abril de 2.024.
HELENA CRISTINA ROZALES DA SILVA MARANGONI
CRESS nº 31.943
Secretária Municipal de Assistência Social
(Republicado para correção do valor)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO DE PEB I
Processo Seletivo nº 01/2023
Fica designado o **dia 22 de abril de 2024 às 9h00**, para os candidatos adiante relacionados a comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua General Glicério, 3947- Vila Imperial, nesta cidade, para sessão de **assinatura de contrato por prazo determinado**. O não comparecimento no horário estabelecido implicará na escolha de vagas remanescentes. O não comparecimento à sessão no dia estabelecido ensejará a desistência do candidato.
Dos ocupantes de cargos ou empregos
Os candidatos que necessitam se desligar e/ou afastar de outros órgãos públicos e/ou vínculos privados, deverão apresentar o requerimento e/ou protocolo de desligamento e/ou afastamento, na data da assinatura do contrato, atentando-se que, para os vínculos privados e empregos públicos (Celetistas), a data de saída deve ser anterior ao dia da assinatura do contrato e para os cargos públicos, a data de saída poderá ser até o dia da assinatura do contrato. Posteriormente, aqueles que apresentarem apenas o requerimento e/ou protocolo na data da assinatura do contrato, terão até 30 (trinta) dias corridos para apresentarem a Publicação da Portaria de Exoneração e/ou Afastamento ou documento oficial correspondente.
Ag. Op. PEB I

NOME	Classif.
SILVIA KELY TOMAZELI LIMA	769
ANA PAULA DE CAMPOS SANTANA	770
KATIA APARECIDA RODRIGUES BOAVENTURA	771
MARIA AUGUSTA DE CASTRO NOGUEIRA DE PAULA	773
LINA SUNTA DE ALMEIDA BORGES	775
VERONICA CRISTINA DA COSTA	777
ARIELLE CHIACHIO GARCEZ	778
AMANDA APARECIDA TEBALDI FERNANDES	779
JESSICA KACZUROSKI	784
CHRISTIANE LANGE RODRIGUES DA SILVA	786
JESSICA VIEIRA FREIRE	787
ANA PAULA MIRANDA VENTURA	788
GERDA LUCIA DA COSTA	790
SIRLEI DE CASTRO RIBEIRO	792
BARBARA DE CASSIA APARECIDA MORENO RODRIGUES	799
IRENE CRUZ DE OLIVEIRA SOUZA	803
DEBORA CRISTINA DE NERA MONTEIRO	812

São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024.
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Edital Resumido de Notificações de Lançamentos
A Secretaria Municipal da Fazenda, através da Inspetoria Fiscal Tributária, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados dos lançamentos de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – revisto, complementar ou apurado, através dos pertinentes processos administrativos instaurados de acordo com a legislação vigente.
Conforme dispõe o artigo 7º da Lei Municipal nº 13.655/2020, *"presume-se ciente o administrado cinco dias corridos após a publicação do Edital no Diário Oficial do Município.*
A guia para recolhimento dos valores lançados pode ser obtida no link https://cidadao.riopreto.sp.gov.br/empro_cidadao/sjriopreto/semfaz/empro_dam.php.
A segunda via da notificação – contendo a base legal e a planilha de cálculo dos lançamentos – poderá ser solicitada no endereço eletrônico: fazenda.imoveis@riopreto.sp.gov.br (indicando o cadastro imobiliário e o número do protocolo), pela ferramenta de Atendimento Digital (disponível no final deste edital) ou ainda nos postos de atendimento municipal junto as unidades do Poupa Tempo São José do Rio Preto e da Prefeitura Regional Norte.
Após vencimento o valor ficará sujeito aos acréscimos legais.

Protocolo	Cadastro Imobiliário	Contribuinte	EXERCÍCIO IPTU L.C.M. 96/1998 c/c art. 145. inc. III do CTN
2023000324397	552240000	AUTHARIS ABRAO DOS SANTOS, MARLI DE LURDES MARTINELLI DOS SANTOS, ADAUTO ABRAO DOS SANTOS, MARIA DO NASCIMENTO DE FREITAS DOS SANTOS, SANDRA MARA DOS SANTOS, ADERBAL ANDRADE DOS SANTOS, CARMEN AFFONSO DOS SANTOS, AUREA ABRAO DOS SANTOS, AYRTON ABRAO DOS SANTOS, ANA PAULA SANTOS GANDOLFI	2022 a 2024
2023000181409	553252000	CELUA NAIME MAHFUZ, JOAO MAHFUZ JUNIOR, SERGIO JOAO MAHFUZ, MARCIA MAHFUZ, SILVIA MAHFUZ, J MAHFUZ LTDA	2022 a 2024
2023000164016	552236000	HUMBERTO JOSÉ SERVO, MARIA MARCIA SERVO, MARISA SERVO DONIZETE	2022 a 2024
2024000045946	553102000	JOSE ROBERTO GIGLIO, COMERCIAL NOVA GEM LTDA, E C EDIFICACOES LTDA	2019 a 2023
2023000416919	01.04131/001	JOSE ANTONIO MARCON, ESPÓLIO DE	2023
2023000416919	01.04131/002	JOSE ANTONIO MARCON, ESPÓLIO DE	2023
2023000416919	01.05222/005	JOSE ANTONIO MARCON, ESPÓLIO DE	2023
2023000443507	01.00602/000	MARILISA BONINI DAUD; MIGUEL ANGELO DAUD; FANI EMILIA DAUD COLOMBO	2019; 2020
2024000063730	03.05920/283	EDUARDO CEZAR CABRIOTI; IRMA DE CARVALHO CABRIOTI	2020; 2021
2024000003602	02.13423/000	ELIAS BRANDT; DAVI BRANDT; DEBORAH BRANDT MASSUIA; LUCAS BRANDT; VANDERLEI FRANCO; VALERIA CRISTINA MELENDRES FRANCO	2019 a 2023
2023000036718	02.39525/000	V L V EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; IDALINA BOMFIM DE SOUZA	2019 a 2024
2023000408188	03.12593/062	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO; ELENITA FERREIRA DOS SANTOS	2019 a 2023
2023000443806	02.62240/000	BANCO RIBEIRÃO PRETO S/A;	2020 a 2024
2022000249199	05.54997/000	MARIA JOSE LEMOS DE ALMEIDA; ISABELA DE SOUZA RODRIGUES ALMEIDA; ANDREI LEMOS DE ALMEIDA	2022 a 2024
2023000319570	02.22757/000	LEONARDO CARDOSO BRASILIO; GUILHERME CARDOSO BRASILIO	2019 a 2023
2024000048384	02.08059/000	JOAO CARLOS GONCALVES; PRICILA MARIA CLEAVER GONCALVES	2022
2024000037125	05.54085/004	SETPAR JUMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	2021; 2022
2023000424883	02.36465/000	JÂNIA FONSECA OLIVEIRA; DOUGLAS FONSECA DE OLIVEIRA; ASSOCIACAO BENEFICENTE ESPIRITA JOANNA DE ANGELIS	2019 a 2023
2024000033104	03.05210/002	MARIELZA ESPINHA, ESPÓLIO DE	2019; 2020
2022000238693	03.07696/000	MANOEL GOMES MARTINES, ESPÓLIO DE	2019 a 2023
2024000008456	03.12593/171	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO; GILSON RIBEIRO DACIE	2019 a 2023
2024000014968	04.31665/000	DIOGO SANCHEZ NETO	2024
2023000443033	04.06057/124	MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ESPÓLIO DE; DAVINA DE OLIVEIRA MARCHIORI; DIRCE SOARES DE OLIVEIRA GOIANO; JANDIRA DE OLIVEIRA DA FONTE; VALTER SOARES DE OLIVEIRA, ESPÓLIO DE; FLORISVALDO SOARES DE OLIVEIRA; REGINA APARECIDA DE OLIVEIRA, ESPÓLIO DE; BRAZ SOARES DE OLIVEIRA; SEBASTIAO SOARES DE OLIVEIRA NETO; MARIA DE FATIMA OLIVEIRA; APARECIDA DE FATIMA OLIVEIRA FANTINI; GLORIA DE OLIVEIRA FREITAS, ESPÓLIO DE	2019 a 2024

São José do Rio Preto, 16 de abril de 2024.
Luiz Alberto Lara Alvarenga
Auditor Fiscal Tributário Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Comunicado de Levantamento Documental
Regularização Fundiária Urbana núcleo PICA-PAU AMARELO
Edital nº 14/2024
A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no cumprimento de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que o núcleo urbano informal denominado **PICA-PAU AMARELO**, objeto de regularização fundiária urbana, estando em fase de identificação de ocupantes dos lotes, que a Secretaria de Habitação desenvolverá atividades de campo no período de **17 DE ABRIL A 29 DE MAIO DE 2024, em dias úteis e horário comercial, preferencialmente entre 9h às 11h quando realizadas no período da manhã, e entre 14h às 16h quando realizadas no período da tarde**, para fins de comprovação de posse, sendo que os interessados deverão providenciar a documentação necessária. Os ocupantes/possuidores poderão encaminhar a documentação para cadastro do lote no escritório da *Associação de Moradores na Rua Alameda Flamboyant chácara 216 B, no núcleo Pica Pau Amarelo*, ou ainda realizar a entrega diretamente na Secretaria preferencialmente mediante agendamento. Os moradores poderão entrar em contato para orientações sobre o agendamento da vistoria por meio do WhatsApp 17 99644-4703. Os ocupantes/possuidores que não forem identificados no prazo estipulado decairão no direito de reclamação no tocante às medidas perimetrais, divisas e área quadrada do terreno, permanecendo ainda o imóvel em nome do proprietário original da gleba. INFORMAÇÕES pelo WhatsApp da Secretaria 17 3211-5560. São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024.
Manoel de Jesus Gonçalves
Secretário Municipal de Habitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Portaria SMSP Nº 02/2024, de 15 de abril de 2024.
O Secretário Municipal de Segurança Pública Cel Luis Henrique Di Jacintho Santos, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 711, de 19 de abril de 2023, determina prorrogação das funcionais dos integrantes da Guarda Municipal.
Considerando que compete a este Secretário, conforme Portaria SMTTS/40/2019 emitir as carteiras funcionais dos integrantes da Guarda Civil Municipal.
Considerando que diante do Art. 43 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, c/c Portaria nº 367 DE 5 DE MAIO DE 2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública o município de São José do Rio preto na data de 23 de agosto de 2023, através do protocolo SEI 08020.007126/2023-83, deu início ao processo de adesão ao padrão que regulamenta as carteiras funcionais dos integrantes dos órgãos de Segurança Pública em nível Federal.
Considerando o princípio da economicidade e da eficiência da Administração Pública.
Fica prorrogado pelo prazo de seis meses de validade das funcionais a contar de sua data de vencimento, estejam estas vencidas ou vincendas.
São José do Rio Preto – SP, 15 de abril de 2024.
CORONEL LUIS HENRIQUE DI JACINTHO SANTOS
Secretário Municipal de Segurança Pública

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 08
DE 11 DE ABRIL DE 2024.
Designa servidor (a) responsável por apor assinatura nos documentos de competência do Departamento de Apoio Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde.
ADILSON VEDRONI, Secretário Municipal de Saúde, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº 17.703, de 03 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 18.813, de 03 de fevereiro de 2021, Decreto nº 15.960 de 06 de Outubro de 2011 e artigo 73, inciso II da Lei Orgânica Municipal.
Determina:
Art. 1º - Fica designado o servidor **MATHEUS DA CRUZ COSTA**, para apor assinatura em documentos de competência do **Departamento de Apoio Jurídico** da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 03 de 08 de fevereiro de 2017.
Art. 3º - Esta Portaria será publicada por afixação na mesma data e local de costume, e, em Diário Oficial do Município, bem como registrada em livro próprio desta Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, entrando em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
ADILSON VEDRONI
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 09
DE 11 DE ABRIL DE 2024.
Designa servidor (a) responsável para relatar os julgamentos de recursos nos processos administrativos de competência da Vigilância Sanitária, do Departamento de Vigilância em Saúde desta Secretaria Municipal de Saúde.
ADILSON VEDRONI, Secretário Municipal de Saúde, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº 17.703, de 03 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 18.813, de 03 de fevereiro de 2021, Decreto nº 15.960 de 06 de Outubro de 2011 e artigo 73, inciso II da Lei Orgânica Municipal.
Determina:
Art. 1º - Fica designado o servidor **MATHEUS DA CRUZ COSTA**, lotado no Departamento de Apoio Jurídico, para relatar os julgamentos de recursos nos processos administrativos de competência da **Vigilância Sanitária,** do Departamento de Vigilância em Saúde, desta Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 02 de 08 de fevereiro de 2017.
Art. 3º - Esta Portaria será publicada por afixação na mesma data e local de costume, e, em Diário Oficial do Município, bem como registrada em livro próprio desta Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, entrando em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
ADILSON VEDRONI
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL
EDITAL DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO/ADVERTÊNCIA

NOME/RAZÃO SOCIAL	AUTO DE NOTIFICAÇÃO	MOTIVO
NIVALDO APARECIDO CLAUDINO	298/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL
AMARA MIRANDA	299/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL
MARIO FERNANDO RODRIGUES MELO	301/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL
INES ANGELO PAIXAO DA SILVA	303/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CONVOCAÇÃO
Fica o (a) Senhor (a) Conselheiro (a) convocado (a) para a **Reunião Extraordinária** deste Conselho, que será realizada no dia **18/04/2024**, quinta-feira, na sala de reuniões do Conselho Municipal de Saúde, sito **na Rua Dr. Raul de Carvalho nº 2970, Santos Dumont**, em primeira convocação às 18h00. Não havendo na hora marcada o número legal de conselheiros para instalação da referida reunião em primeira convocação, a mesma será realizada em segunda convocação às 18h30, a fim de apreciarem a seguinte pauta:
ORDEM DO DIA:

I. Apreciação do Plano de Trabalho para celebração de 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 05/2021-SMS celebrado com a FUNFARME para prestação de serviços complementares ao SUS nas Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde por período de 10 (dez) meses – Adilson Vedroni;
II. Apreciação do Plano de Trabalho para celebração de Convênio com a ARCD – Associação de Reabilitação da Criança Deficiente de São José do Rio Preto por período de 24 (vinte e quatro) meses – Adilson Vedroni.

São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024.
Rodrigo José Ramalho
Presidente CMS

CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP EXTRATO DE ADITIVO Processo nº 30/2024 Aditivo Contratual nº 06/2024 Contrato nº 09/2022 CONTRATADA: ARPROM – ASSOCIAÇÃO RIOPRETENSE DE PROMOÇÃO DO MENOR. Objeto: Prorrogação por 12 (doze) meses do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato nº 09/2022. Vigência: 18 de abril de 2024 a 17 de abril de 2025. Data da Assinatura: 11 de abril de 2024. Valor Global: R$ 59.627,16 (cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos). Recursos Orçamentários: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Base Legal: Artigo 57, II, da Lei Federal n. 8.666/93. São José do Rio Preto, 15 de abril de 2024. Ver. PAULO ROBERTO AMBRÓSIO Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto

Prefeitura Municipal de Tanabi

Prefeitura do Município de Tanabi.
Pregão Eletrônico nº 15/2024. REDESIGNAÇÃO DE DATA
Objeto: Registro De Preços Objetivando a Contratação De Horas Médicas De Clinico Geral Para Atendimento Nas UBS João Romão Filho (Bairro Da Rincão); UBS Alberto Scriboni (Bairro Do Ecatu) E EAP Moacir Martins Vasconcelos (Bairro Da Ibiporanga). Data da realização: 26/04/2024. Horário de início: 14h00min. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://portalcompras.tanabi.sp.gov.br. Esclarecimentos e informações: Rua Dr. Cunha Jr. 242 – Centro – Tanabi, Estado de São Paulo. email: licitacao@tanabi.sp.gov.br. site: www.tanabi.sp.gov.br. Tanabi, 11 de abril de 2024. Alexandre Silveira Bertolini – Prefeito.

Prefeitura do Município de Tanabi.
Pregão Eletrônico nº 16/2024. REDESIGNAÇÃO DE DATA
Objeto: Registro de preços objetivando a contratação de horas médicas de clinico geral para atendimento nos ESFs Milton Martins Perches, ESF Olicio Savatin, Osvaldo Federico e a EAP Manoel de Souza Alves. Data da realização: 29/04/2024. Horário de início: 09h00min. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://portalcompras.tanabi.sp.gov.br. Esclarecimentos e informações: Rua Dr. Cunha Jr. 242 – Centro – Tanabi, Estado de São Paulo. email: licitacao@tanabi.sp.gov.br. site: www.tanabi.sp.gov.br. Tanabi, 11 de abril de 2024. Alexandre Silveira Bertolini – Prefeito.

Prefeitura do Município de Tanabi.
Pregão Eletrônico nº 17/2024. REDESIGNAÇÃO DE DATA
Objeto: Registro de preços objetivando a contratação de horas médicas de Clinico Geral para atendimento em cobertura de férias, folgas, licenças e atestados médicos dos médicos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme demanda. Data da realização: 29/04/2024. Horário de início: 14h00min. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://portalcompras.tanabi.sp.gov.br. Esclarecimentos e informações: Rua Dr. Cunha Jr. 242 – Centro – Tanabi, Estado de São Paulo. email: licitacao@tanabi.sp.gov.br. site: www.tanabi.sp.gov.br. Tanabi, 11 de abril de 2024. Alexandre Silveira Bertolini – Prefeito.

Prefeitura do Município de Tanabi.
Pregão Eletrônico nº 18/2024. REDESIGNAÇÃO DE DATA
Objeto:. Aquisição de 01 ambulância, destinada ao transporte de usuários da Secretaria Municipal de Saúde do Municipio de Tanabi, Estado de São Paulo. Data da realização: 30/04/2024. Horário de início: 09h00min. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://portalcompras.tanabi.sp.gov.br. Esclarecimentos e informações: Rua Dr. Cunha Jr. 242 – Centro – Tanabi, Estado de São Paulo. email: licitacao@tanabi.sp.gov.br. site: www.tanabi.sp.gov.br. Tanabi, 11 de abril de 2024. Alexandre Silveira Bertolini – Prefeito.

Prefeitura do Município de Tanabi.
Pregão Eletrônico nº 19/2024. REDESIGNAÇÃO DE DATA
Objeto: Registro de preços para a prestação de serviços de consultas oftalmológicas com exames de biomicroscopia, tonometria e fundoscopia e refração (equipamentos fornecidas pela contratada), conforme especificações constantes do termo de referencia. Data da realização: 30/04/2024. Horário de início: 14h00min. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://portalcompras.tanabi.sp.gov.br. Esclarecimentos e informações: Rua Dr. Cunha Jr. 242 – Centro – Tanabi, Estado de São Paulo. email: licitacao@tanabi.sp.gov.br. site: www.tanabi.sp.gov.br. Tanabi, 11 de abril de 2024. Alexandre Silveira Bertolini – Prefeito.

Prefeitura Municipal de Monte Aprazível

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADM 11/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE APRAZÍVEL
CONTRATADA: CETOCAN URBANISMO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
CNPJ nº 29.107.644/0001-65
OBJETO: **Prorrogação do prazo de vigência da** prestação de serviços de oficina de Jiu Jitsu.
VALOR: R$24.074,40 (vinte e quatro mil setenta e quatro reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: **Prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente Termo até a data de** 15 de março de 2025.
Monte Aprazível, 15 de Março de 2024.
MARCIO LUIZ MIGUEL – Prefeito Municipal
GOVERNO DE MONTE APRAZÍVEL-SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL: 12/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 18/2024
REGISTRO DE PREÇOS: 13/2024
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentarias.
Data da realização da Sessão Pública: 07/05/2024.
Horário: 10h00min.
Local da Abertura dos envelopes: Prefeitura de Monte Aprazível - Setor Municipal de Licitação, localizado na Praça São João, 117, Centro.
O edital na integra deverá ser acessado através do site www.monteaprazivel.sp.gov.br
Fundamentação legal: Lei Federal 14.133/2021.
Monte Aprazível, 12 de abril de 2024.
Marcio Luiz Miguel – Prefeito Municipal.
Diego Santos Rossini – Pregoeiro Oficial.

Prefeitura Municipal de Potirendaba

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº: 003/2024 - PROCESSO Nº: 079/2024

O MUNICIPIO DE POTIRENDABA torna público, para o conhecimento de quantos possa interessar, a abertura de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL, com fundamento na Lei Federal 14.133/21, cujo critério de julgamento é do tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, em vias urbanas do município de Potirendaba – SP, atrelado ao Contrato de Repasse OGU nº 946371/2023 - Operação 1088733-57, firmado entre este Município e o Ministério das Cidades.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30min do dia 13 de maio de 2024. Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal (www.potirendaba.sp.gov.br) ou pelo e-mail - licitacao@potirendaba.sp.gov.br. Outras informações (17) 3827-9211 – ramal 9260.

Potirendaba/SP, 15 de Abril de 2024 -
Gislaine M. Franzotti - Prefeita Municipal

Editais

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR – TRT 15ª Região – 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto - SP.

PROCESSO: 0010191-95.2016.5.15.0133. AUTOR: JOSÉ VICENTE MAIA e outros (114). REU: INSTITUTO ESPÍRITA NOSSO LAR.

COMPLEMENTO DO EDITAL PUBLICADO EM, 08 DE FEVEREIRO 2024.

Na parte do edital já publicado **ÔNUS/OBSERVAÇÃO,** fica agora com este novo texto, acrescentados/complementado, de novas penhoras e indisponibilidades.

ÔNUS/OBSERVAÇÃO: Item 1º; Transcrição nº 75.447, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 001/75.447, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 13eb09c. E Av. 002/75.447, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Transcrição atualizada.
Item 2º; Transcrição nº 74.804, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 001/74.804, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 27c3ee4. E Av. 002/74.804, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Transcrição atualizada.
Item 3º; Transcrição nº 75.446, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 001/75.446, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 5c7652b. E Av. 002/75.446, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Transcrição atualizada.
Item 4º; Matrícula nº 20.990, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 008/20.990, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 5ce6c03. E Av. 009/20.990, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104. = Av. 010/20.990, consta penhora, processo 1040661-32.2017.8.26.0576, Matrícula atualizada.
Item 5º; Matrícula nº 31.400, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 002/31.400, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID e61e29c. E Av. 003/31.400, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104. Av. 04/31.400, consta penhora, processo 1040661-32.2017.8.26.0576, Matrícula atualizada.
Item 6º; Matrícula nº 1.150, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na R. 008/1.150, concedeu o direito real de uso de superfície para U.M.A UNIDADE DE MEDICINA AVANÇADA RIO PRETO LTDA, Av. 009/1.150, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 3e3111a. E Av. 010/1.150, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Av. 011/1.150, consta penhora, processo 1021512-16.2018.8.26.0576, Av. 12/1.150, consta penhora, processo 1040661-32.2017.8.26.0576, Matrícula atualizada.
Item 7º; Transcrição nº 66.886, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av.001/66.886, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID d4db8b. E Av. 002/66.886, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Transcrição atualizada.
Item 8º; Transcrição nº 74.172, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 001/74.172, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 8df6ac3. E Av. 002/74.172, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Transcrição atualizada.
Item 9º; Matrícula nº 15.881, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 003/15.881, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID d0d1e32. E Av. 004/15.881, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Av. 005/15.881, consta penhora, processo 1040661-32.2017.8.26.0576, Matrícula atualizada.
Item 10º; Transcrição nº 72.101, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 001/72.101, consta penhora referente ao processo Execução Fiscal número 00025804220134036106, na Av. 002/72.101, consta penhora referente ao processo Execução Fiscal número 00034871720134034036106, na Av. 003/72.101, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, transcrição juntada ao processo ID 512fdad. E Av. 004/72.101, consta penhora, processo 50001574820184036106, Av. 005/72.101, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Av. 006/72.101, consta penhora, processo 50039181920204036106, Transcrição atualizada.
Item 11º; Matrícula nº 39.514, do 1º CRI de São José do Rio Preto - SP, na Av. 003/39.514, consta penhora referente ao processo Execução Fiscal número 00034871720134034036106, na Av. 004/39.514, consta penhora referente ao processo Execução Fiscal número 00025804220134036106, na Av. 005/39.514, consta penhora referente ao processo 0010191-95.2016.5.15.0133, matrícula juntada ao processo ID 3469151. E Av. 006/39.514, consta penhora, processo 50001574820184036106, Av. 007/39.514, consta indisponibilidade, processo 0010912-03.2017.5.15.0104, Av. 008/39.514, consta penhora, processo 50010446620174036106, Av. 009/39.514, consta penhora, processo 50049092920194036106, Av. 010/39.514, consta penhora, processo 50039181920204036106, Av. 011/39.514, consta penhora, processo 50046587420204036106, Matrícula atualizada.

JÚLIO CÉSAR CARDOSO, CRECI S/P 52891-F, julio@asolucaoimoveis.com.br, fones para contato 55-17-99619.9362 ou 55-19-98363.2151

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO
Ficam convidados os senhores acionistas da TV Record Rio Preto S/A, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de Abril de 2024 às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Washington Luiz, KM 436, Jockey Club, São José do Rio Preto, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Eleição dos membros da Diretoria para o triênio 2024/2026; b) fixação da remuneração anual global dos administradores, e; c) outros assuntos de interesse da Companhia. São José do Rio Preto, SP, 16 de abril de 2024. Luiz Claudio da Silva Costa - Diretor Presidente.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JOSÉ BONIFÁCIO
CNPJ: 50.857.960/0001-40 | Dec. Utilidade Pública Federal nº 65.671 de 29/10/1969
Rua XV de Novembro, S/N – Bela Vista – José Bonifácio/SP
CEP 15.200-000 – Fones (17) 3265 9020 – 3265-9022
admscmjb@santacasajosebonifacio.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JOSÉ BONIFÁCIO
CNPJ: 50.857.960/0001-40

Convocação

Pelo presente, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, ficam todos Sócios Contribuintes e demais sócios descritos no Artigo 4. Convocados para Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 de abril de 2024, na sala de reuniões no endereço sito a Rua 28 de Dezembro n.º 50, Centro, CEP 15200-000, na cidade de José Bonifácio/SP, às 19:00hrs. Em primeira convocação com a presença de 1/5 de seus sócios com direito a voto e não comparecendo número legal, a Assembleia será instalada em segunda e última convocação 30(trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de sócios presentes, as duas convocações serão simultâneas, para deliberação da Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de programação anual da Associação, submetidas pela Diretoria;
2. Apreciação do relatório anual da Diretoria;
3. Discutir e homologar as contas e o balanço anual, aprovado pelo Conselho Fiscal.

José Bonifácio, 15 de abril de 2024.

Hélio Raymundo
RG n. 12.741.535-X
Diretor Presidente

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE
1º Leilão: dia 24/04/2024 às 14h 2º Leilão: dia 03/05/2024 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10.153.917.407, firmado em 04/02/2021, no qual figuram como Fiduciantes **JULIANO NHANI**, RG. 2137250553-SSP/SP E CPF/MF 309.063.848-77, brasileiro, empresário, e sua mulher **JESSICA ROBERTA GARCIA NHANI**, RG 334599179-SSP/SP E CPF/MF 359.226.348-01, brasileira, empresária, casados no regime de comunhão parcial de bens na vigência da lei 6.515/77, residente e domiciliados em São José do Rio Preto/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 419.008,28 (Quatrocentos e dezenove mil, oito reais e vinte e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO, constituído pelo Lote 07, da Quadra nº 25, situado no "RESIDENCIAL LUZ DA ESPERANÇA", nesta cidade e comarca de São José do Rio Preto, com frente para Rua Projetada 6 (atual Rua Paulo Fernandes Lucania), onde mede 10,00m por igual dimensão nos fundos, onde confronta com o lote 32; do lado esquerdo de quem da citada rua olha para o imóvel mede20,00, onde confronta com o lote 08 e do lado direito mede 20,00m; onde confronta com o lote 6; encerrando uma área superficial de 200,00 m²; e está distante 52,00m da esquina com a rua projetada 16. No terreno foi construído um PRÉDIO TERREO COMERCIAL, situado na Rua Paulo Fernandes Lucania, nº 1468, com 119,52 m². Matrícula nº 120.904 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 03 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 362.634,85 (Trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE — RNI
1º Leilão: dia 24/04/2024 às 11h 2º Leilão: dia 26/04/2024 às 11h

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA 363 – SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.567.104/0001-50, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: O lote nº 23**, **da quadra Z10**, situado no loteamento denominado **"JARDIM DOS BURITIS"**, situado nesta cidade e comarca de São José do Rio Preto/SP, com as seguintes medidas e confrontações: Pela frente mede 10,00m e divide-se com a Rua Projetada 24; do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 20,00m e divide-se com o lote 22; do lado esquerdo mede 20,00m e divide-se com o lote 24; e finalmente nos fundos mede 10,00m e divide-se com o lote 15; encerrando uma área superficial total de 200,00 m²; distante 28,65m da esquina da Rua Projetada 25. Matrícula nº 150.629 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 75.900,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 284.711,99**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, condomínio, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0016393-18.2023.8.26.0576 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). JOSE ROBERTO LOPES FERNANDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GERALDO NORBERTO DE SOUZA, Brasileiro, Casado, Agricultor, CPF 331.385.169-04, com endereço à Rua 14, 486, VILA BRASILANDIA, CEP 78770-000, Alto Garcas - MT que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Agnaldo Quirino da Silva Me. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de 64.705,72 (sessenta e quatro mil, setecentos e cinco reais e setenta e dois centavos), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São José do Rio Preto, aos 06 de fevereiro de 2024. K-16e17/04